

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE ARTES - CEART
CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA

OTILDES COSTA FURTADO PAMPLONA

**O CARNAVAL EM DESTERRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA E DAS SOCIEDADES
CARNAVALESCAS**

FLORIANÓPOLIS

2011

OTILDES COSTA FURTADO PAMPLONA

**O CARNAVAL EM DESTERRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA E DAS SOCIEDADES
CARNAVALESCAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Música da Universidade
do Estado de Santa Catarina como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em Música.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Holler

FLORIANÓPOLIS

2011

OTILDES COSTA FURTADO PAMPLONA

**O CARNAVAL EM DESTERRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA E DAS SOCIEDADES
CARNAVALESCAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Música da
Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Tadeu Holler
UDESC

Membros:

Prof. Ms. Rodrigo Moreira
UDESC

Ms. Alexandre da Silva Schneider

Florianópolis, Santa Catarina, 16 de junho de 2011

Dedico este trabalho à minha mãe, Lourdinha, ao meu irmão, Marco e ao meu marido, Francisco.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcos Holler, orientador deste trabalho, um agradecimento especial pela confiança, paciência e generosidade. Ser sua orientanda foi um enorme privilégio, uma experiência enriquecedora. Hoje e sempre, obrigada, Marcos.

À professora Regina Finck por dividir comigo seu tempo e informações.

Aos membros da banca, Rodrigo Moreira e Alexandre Schneider, por aceitarem meu convite.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e da Casa da Memória pela atenção e auxílio no manuseio dos acervos.

Aos colegas Gustavo Steiner, Marcelo Molinos e Vítor Kostin, queridos parceiros de empreitada, pelo carinho e por terem tornado o curso mais divertido. Valeu!

Ao meu marido Francisco Pamplona, pelo companheirismo e incentivo durante estes cinco anos de universidade. Muitas vezes, obrigada!

RESUMO

PAMPLONA, Otildes C. Furtado. **O carnaval em Desterro na segunda metade do século XIX através da atuação da imprensa e das sociedades carnavalescas.** 2011. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Departamento de Música/Centro de Artes, Florianópolis, 2011.

A cidade de Desterro, atual Florianópolis, manteve a tradição de comemorar o carnaval com festejos populares e eventos realizados pelas sociedades carnavalescas, entidades criadas no final da década de 1850 e desde então, a própria representação do folguedo na cidade, promovendo diversas festividades. Tais manifestações podem ser constatadas nas publicações da imprensa, o primeiro veículo de comunicação de massa na cidade, cujas referências demonstram o grau de importância que os eventos festivos representavam para a população local que os prestigiava ano após ano. O presente trabalho aborda o carnaval em Desterro na segunda metade do século XIX através da atuação da imprensa e das sociedades carnavalescas, principais fontes de informação sobre o folguedo na capital catarinense naquele período. Tem como objetivos conhecer suas manifestações e identificar os elementos presentes em sua trajetória e assim, concorrer para a preservação da memória carnavalesca da cidade. Resulta de pesquisa realizada no acervo de jornais e periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, quando se procedeu a um levantamento de dados sobre o assunto e, posteriormente, de sua leitura e análise pôde-se concluir que, na época, o carnaval desterrense constituía-se em uma expressiva manifestação cultural, com características singulares que o tornaram um acontecimento de grande significação para a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval em Desterro. Sociedades Carnavalescas. História da Imprensa. História da Música em Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Folgedos durante o entrudo no Rio de Janeiro.	18
Figura 2 - O Entrudo no Rio de Janeiro	19
Figura 3 - Uma rua da cidade do Desterro.....	30
Figura 4 - Planta Topográfica da cidade do Desterro de 1876..	32
Figura 5 - Cidade do Desterro vista do morro da Prainha.	34
Figura 6 - Gravura das sociedades carnavalescas Bons Archanjos e Diabo a Quatro.....	46
Figura 7 - Pufe da Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro.	51
Figura 8 – Fotografia do Mestre João Augusto Penedo	56
Figura 9 - Fotografia do préstito da Sociedade Carnavalesca Bons Archanjos.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2 CARNAVAL E ENTRUDO.....	14
2.1 AS ORIGENS DO CARNAVAL	14
2.2 O ENTRUDO PORTUGUÊS NO BRASIL.....	16
2.3 A REINVENÇÃO DO CARNAVAL BRASILEIRO	21
2.4 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS.....	23
2.4.1 O Congresso das Sumidades Carnavalescas	23
2.4.2 As Grandes Sociedades no limiar do século XX	24
3 NOSSA SENHORA DO DESTERRO, A ILHA DE SANTA CATARINA	27
2.1 A CIDADE NO SÉCULO XIX	29
2.2 A IMPRENSA EM DESTERRO.....	34
4 O CARNAVAL DESTERRENSE ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA E DAS SOCIEDADES CARNAVALESCAS	37
4.1 O CARNAVAL EM DESTERRO SEGUNDO A IMPRENSA	37
4.1.1 A imprensa e o entrudo.....	41
4.2 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS DESTERRENSES.....	44
4.2.1 A estrutura das sociedades e a organização do carnaval.....	47
4.2.2 O movimento abolicionista e a discriminação racial	52
4.3 A MÚSICA NAS SOCIEDADES	54
4.3.1 A questão do repertório carnavalesco	57
4.3.2 A música dos grupos carnavalescos nas ruas de Desterro	60
4.3.3 Os bailes e <i>soirées</i> das sociedades carnavalescas	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
JORNAIS	75
DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	76
APÊNDICES	77
APÊNDICE A – JORNAIS E PERIÓDICOS (1855-1900)	77
APÊNDICE B – LISTA DE SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM DESTERRO NO SÉCULO XIX.....	78

1 INTRODUÇÃO

O carnaval em Desterro¹ hoje Florianópolis, constituiu-se ao longo dos anos em uma das mais ricas expressões de sua cultura popular. Presente em festividades realizadas nas ruas e clubes da cidade, suas manifestações podem ser constatadas nos jornais e periódicos publicados em diferentes épocas, cujas referências aos festejos carnavalescos ocorridos na capital catarinense atestam seu prestígio junto à população local.

As sociedades carnavalescas, entidades formadas no final da década de 1850, desde então, tornaram-se as principais mantenedoras do carnaval desterrense promovendo préstitos, bailes e outras diversões, com o apoio e colaboração da comunidade e imprensa, esta última, responsável pela memória impressa dos acontecimentos carnavalescos ao longo da história cultural da cidade e uma fonte de grande importância na pesquisa sobre o folguedo.

O presente trabalho enfoca o carnaval em Desterro através da atuação da imprensa e das sociedades carnavalescas durante a segunda metade do século XIX, período no qual os jornais e periódicos eram o principal veículo de comunicação da cidade e as referidas agremiações surgiram e viveram seu apogeu em meio ao processo de transformação dos festejos carnavalescos. Sua estrutura compreende cinco capítulos, sendo que os quatro primeiros são divididos em duas seções. O primeiro deles apresenta, inicialmente, os elementos de caráter metodológico, tratando da justificativa, objetivos, metodologia, referencial teórico e, em seguida, disponibiliza o levantamento dos acervos e fontes consultados.

No capítulo dois a primeira seção aborda o entrudo e o carnaval, manifestações presentes na segunda metade do século XIX, estabelecendo suas origens, diferenças e peculiaridades, mostrando também a participação das elites, da imprensa e dos literatos na modificação do folguedo, enquanto que a segunda introduz as sociedades carnavalescas, as razões de seu surgimento, sua finalidade e principais características.

O terceiro capítulo apresenta, na primeira parte, um breve histórico de Desterro, a partir de seu descobrimento, e traça um sucinto panorama social, político, econômico e cultural da cidade no século XIX, ressaltando as principais mudanças e acontecimentos ocorridos no período. A segunda seção aponta algumas considerações sobre a imprensa

¹ Nossa Senhora do Desterro é a antiga designação dada à capital de Santa Catarina, alterada no ano de 1894, após a Revolução Federalista. A partir desta data, a cidade passou a chamar-se Florianópolis, em homenagem ao então Presidente da República Marechal Floriano Peixoto. Como a quase totalidade deste trabalho situa-se no período anterior à mudança, será mantido o nome de Desterro.

desterrense, sua criação, trajetória e relações com o poder público, salientando sua participação como um instrumento civilizador e difusor de ideias.

O capítulo quatro retrata o carnaval desterrense através da atuação da imprensa e das sociedades carnavalescas. Em primeiro lugar aborda a relação entre a imprensa e o folguedo, a campanha promovida contra as manifestações do entrudo na cidade e seu apoio às entidades carnavalescas. A seguir, refere-se às agremiações destacando seus eventos e identificando a presença marcante da música através das participações de bandas musicais, maestros e compositores nos desfiles e bailes carnavalescos.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais.

O objetivo deste trabalho é concorrer para a recuperação do antigo carnaval desterrense e preservação de sua história, a partir do levantamento de dados realizado em publicações impressas sobre a atuação das sociedades carnavalescas na época. De igual modo, pretende investigar as manifestações características deste carnaval, identificar quais os principais elementos presentes em sua trajetória, do entrudo ao advento do carnaval moderno, bem como disponibilizar informações sobre a música executada em suas festividades e possibilitar o conhecimento de acervos e fontes que possam contribuir para a pesquisa sobre a história da música em Santa Catarina.

Este trabalho foi precedido por um projeto de iniciação científica coordenado pelo professor Marcos Tadeu Holler, com início no ano de 2007, cuja finalidade constituía-se no levantamento e registro de dados sobre a música catarinense nas primeiras décadas da República, tendo sido desenvolvido por bolsistas que realizavam pesquisa documental textual em acervos do Estado. No referido projeto, durante o período compreendido entre agosto de 2009 e julho de 2010, foram levantadas informações sobre o carnaval em Desterro nos jornais e periódicos publicados na cidade durante a segunda metade do século XIX, todos pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina² e disponíveis em versão impressa. As referências encontradas foram fotografadas, transcritas e sistematizadas posteriormente. De sua leitura e análise resultou o artigo *Um olhar sobre o carnaval em Desterro na segunda metade do século XIX a partir da atuação das sociedades carnavalescas* (HOLLER; PAMPLONA, 2010).

² Órgão responsável pela preservação, administração e disponibilização do patrimônio bibliográfico e documental do Estado à população catarinense. Criada em 1854 e inaugurada no ano seguinte, a Biblioteca Pública abriga periódicos, microfilmes, registros audiovisuais, obras raras, num acervo de aproximadamente 110 mil volumes. Está situada à rua Tenente Silveira, nº 342. Centro, Florianópolis.

A partir dos resultados alcançados com o texto inicial decidiu-se pelo seu desenvolvimento e ampliação buscando-se diferentes informações que somadas às anteriores proporcionassem uma maior compreensão do assunto. Dando prosseguimento à pesquisa nos jornais, cuja retomada ocorreu entre os meses de janeiro e março de 2011, novos dados foram coletados, sistematizados e agregados aos já existentes, uma repetição *pari passu* do processo descrito no parágrafo anterior. Nesta fase os principais jornais consultados foram *O Despertador*, *O Mercantil*, *O Cruzeiro do Sul*, *A Regeneração*, *O Conservador*, *O Conciliador*, *Jornal do Commercio*, *Matraca e Mercúrio*³, publicados entre os anos de 1855 e 1899. Neles encontram-se colunas, seções, anúncios, avisos, crônicas, editais, referentes às manifestações carnavalescas ocorridas em Desterro, com uma maior concentração de informações no período de 1879 a 1891.

Também foi consultado o acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina⁴ na pesquisa sobre legislação e ofícios, por meio dos Códigos de Posturas e Leis da Província de Santa Catarina, no século XIX.

Neste trabalho manteve-se a ortografia original das designações de teatros, sociedades carnavalescas, associações e bandas musicais, jornais, títulos de peças musicais. Entretanto, com o intuito de criar um padrão e facilitar o entendimento do leitor, as transcrições das referências dos jornais e periódicos obedecem às regras da ortografia atual.

1.1 REVISÃO DE LITERATURA

Juntamente com a pesquisa documental procedeu-se um levantamento bibliográfico no qual, inicialmente, buscou-se conhecer as manifestações populares brasileiras e mais especificamente o carnaval e seus folguedos, através das obras *História social da música popular brasileira* (1998) e *Os sons que vêm da rua* (2005), de José Ramos Tinhorão, o *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito* (1992), de Maria Isaura P. de Queiroz, *Ecos da folia: uma história do carnaval carioca entre 1880 e 1920* (2001), de Maria Clementina P. Cunha e

³ Somente estão relacionados aqui os jornais e periódicos que contêm o maior número de referências utilizadas no texto do trabalho. Todos os demais se encontram listados no Apêndice A.

⁴ Órgão subordinado à Secretaria de Estado da Administração, sob a forma de uma Diretoria de Gestão Documental, o Arquivo Público é responsável pelo recolhimento, recuperação, guarda, conservação e disponibilização à população catarinense, do acervo composto de documentação textual, cartográfica, iconográfica, cartorial e material bibliográfico. Situa-se à Rua Duque de Caxias, nº 261. Saco dos Limões, Florianópolis.

O livro de ouro do carnaval brasileiro (2004), de Felipe Ferreira. Nestas obras foi possível divisar as controvérsias sobre as origens do festejo, acompanhar seu processo de transformação desde o entrudo português até o carnaval moderno e identificar, nas suas variadas expressões, as influências dos carnavais de cidades européias como Veneza e Paris.

Para a compreensão da sociedade desterrense e sua contextualização na segunda metade do século XIX, focalizou-se a história de Santa Catarina e Desterro nas obras *História de Santa Catarina* (1994) e *Nossa Senhora do Desterro: memória I* (1971), do historiador Oswaldo Cabral Rodrigues, *Santa Catarina: história da gente* (2001), de Walter F. Piazza e Laura Hübener, *História de Florianópolis ilustrada* (2004), de Carlos Humberto P. Corrêa e *Florianópolis: memória urbana* (2010), de Eliane V. da Veiga. Nestes autores foram encontradas informações sobre os fatos políticos, sociais e culturais que marcaram a história do Estado, inclusive a criação da imprensa, e as principais modificações introduzidas na sociedade desterrense no decorrer do período demarcado.

No entendimento da imprensa como formadora e porta-voz de tendências e opiniões, recorreu-se às obras *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa em Desterro no século XIX* (1995) e *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe* (1998), de Joana Maria Pedro. Em ambos os títulos a autora estabeleceu, desde o surgimento do primeiro jornal na cidade, um panorama detalhado da atuação da imprensa, ressaltando sua importância e ingerência no *modus vivendi* da sociedade desterrense através de um discurso moralizante e civilizador, respaldado por sua condição de único veículo de comunicação de massa durante o século XIX.

Da mesma forma, procurou-se compreender a relação entre a imprensa e o carnaval nas obras *A imprensa no Brasil: um panorama da linguagem cômica* (2000), de José Ramos Tinhorão, *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX* (2004), de Leonardo Affonso de M. Pereira e *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República* (2006), de Eduardo Granja Coutinho. Nestas leituras foi possível verificar que a imprensa tornou-se, a partir de 1850, um importante aliado dos festejos carnavalescos, bem como o principal responsável por sua divulgação até as primeiras décadas do século XX, tornando-se uma fonte que possibilita a recuperação do folguedo em épocas passadas.

Sobre a história da música em Santa Catarina e as manifestações musicais desterrenses no século XIX recorreu-se às obras *A música em Santa Catarina no século XIX* (1951), de Oswaldo Cabral Rodrigues e *A vitrola nostálgica: música e constituição cultural* (2007), de

Marcelo Téó. Também, e principalmente, foram consultados os trabalhos de conclusão de curso *Levantamentos de aspectos da cultura musical em Desterro: século XVIII e XIX* (2000), de Ana de Ribamar Goulart Braga e *Atuação das sociedades musicais, bandas civis e militares em Desterro durante o Império* (2008) de Débora Costa Pires, e a dissertação de mestrado *Sociedade Musical Amor à Arte: um estudo histórico sobre a atuação de uma banda em Florianópolis na Primeira República* (2011), de Alexandre Schneider, todos resultantes de pesquisas musicológicas sistematizadas.

Infelizmente, a literatura sobre a história da música catarinense e a produção de trabalhos musicológicos no Estado ainda é acanhada o que vem corroborar a posição de Paulo Castagna que, em seu trabalho *Introdução ao estudo da música (erudita) no Brasil* (2003a), reconhece a precariedade de estudos musicológicos no Brasil como uma decorrência do pouco conhecimento que se tem a respeito da música do passado.

Por fim, buscou-se o trabalho de conclusão de curso *Entre diabos e arcanjos: cultura política e sociedades carnavalescas em Desterro (1879-1891)* (2008), de Edgar de Souza Rego, e a dissertação de mestrado *O carnaval em Desterro: século XIX* (1988), de Thaís Luzia Colaço, exemplos isolados da pesquisa sobre os carnavais antepassados da capital catarinense e referências que auxiliaram na elaboração deste trabalho.

2 CARNAVAL E ENTRUDO

A palavra carnaval é empregada usualmente para designar os três dias de festejos que antecedem o período de Quaresma. Pode ser entendida como:

1. Período anual de festas profanas, que começava no dia de Reis (Epifania) e se estendia até a quarta-feira de cinzas, quando principiavam os jejuns quaresmais.
2. Os três dias imediatamente anteriores à quarta-feira de cinzas, dedicados a várias sortes de diversões, folias, folguedos. (FERREIRA, 1980, p. 360).

Igualmente, o termo entrudo refere-se ao mesmo período e pode significar o próprio carnaval, mas também é aplicado ao “folguedo carnavalesco antigo, que consistia em lançar uns aos outros água, farinha, tinta, etc.” (FERREIRA, 1980, p. 679).

Durante muito tempo as duas palavras foram usadas com o mesmo sentido designando “um conjunto de brincadeiras e folguedos realizados quarenta dias antes da Páscoa” (CUNHA, 2001, p. 25) e somente no final do século XIX, entrudo passou a nomear a “molhadeira”, em oposição ao carnaval que “designava sobretudo préstitos, bailes, batalhas de confete e outras práticas mais recentes.” (CUNHA, 2001, p. 25).

O fato é que ambos, carnaval e entrudo, são tradições antigas, manifestações culturais caracterizadas por alegorias e simbologias, associadas à alegria, liberdade e inversão de valores.

2.1 AS ORIGENS DO CARNAVAL

A origem do carnaval ainda permanece controversa e cercada de mistérios, porém em um aspecto parece haver consenso entre pesquisadores e historiadores: seu passado remoto. Autores como Queiroz (1999), Albin (2006) e Leal (2008) consideram as festas ancestrais do carnaval como uma herança dos povos da Antiguidade, os quais realizavam rituais agrários em louvor aos deuses e agradecimento por suas colheitas abundantes. Para Queiroz é possível enxergar no carnaval “os restos de civilizações muito antigas, os vestígios de complexos

culturais que teriam se desagregado, e dos quais sobraram algumas migalhas.” (QUEIROZ, 1999, p. 174).

As celebrações antepassadas estavam presentes nos festejos dedicados às divindades hebraicas, e no antigo Egito, quando os agricultores dançavam e cantavam ao redor das fogueiras, homenageando a deusa Ísis e o boi Ápis, relacionados à fertilidade da terra e das margens do rio Nilo. Também existiam na Grécia, com as festas dionisíacas, e em Roma, nas bacanais, lupercais e saturnais, oferecidas respectivamente aos deuses pagãos Dionísio, Baco, Luperco e Saturno, as quais aconteciam em determinados meses do ano, coincidentemente entre dezembro e março (ARAUJO, 1980). Essas festividades envolviam comidas, bebidas, músicas, danças, desfiles, disfarces, eram caracterizadas pelo exagero, estavam associadas à transformação de homens e mulheres por meio da pintura de seus rostos e do uso de máscaras e fantasias que os fazia assumir outros personagens durante os rituais, através de um processo de inversão com base numa teatralização coletiva (ARAÚJO, 2003) que lhes proporcionava enorme liberdade.

Em todas elas observam-se alguns elementos que podem ser associados ao carnaval, mas segundo Ferreira, isso ainda não lhes confere o caráter de festejos carnavalescos. Para o autor, “quando procuramos estabelecer as origens do Carnaval é preciso não confundir as festas e celebrações das antigas civilizações com aquilo que atualmente entendemos por Carnaval. Uma está na raiz da outra, mas não são a mesma coisa.” (FERREIRA, 2004, p. 17).

A origem do carnaval encontra-se na Idade Média e deve-se à determinação da Igreja Católica de instituir, a partir de 604, um período de quarenta dias – Quaresma – no qual os fiéis deveriam se voltar para questões espirituais, abandonando os prazeres da vida material e fazendo penitências. Durante a Quaresma, que tinha início na quarta-feira de cinzas e encerrava-se no domingo de Páscoa, era proibido o consumo de carne, de bebidas alcoólicas e a prática de brincadeiras e festejos (FERREIRA, 2004).

Com o tempo, estabeleceu-se o costume de promover festas nos últimos dias que antecediam esse período de sacrifícios e abstinências, uma despedida dos prazeres mundanos, um “adeus à carne”, com todos comendo, bebendo, cantando, dançando, aproveitando cada momento para extravasar seus desejos. Homens e mulheres entregavam-se ao prazer e a alegria, como se quisessem compensar com a diversão, o recolhimento e a inação impostos pela Quaresma.

Posteriormente, a Igreja introduziu os festejos em seu calendário litúrgico e, pouco a pouco, o período carnavalesco integrou-se aos hábitos e costumes das vilas e cidades, difundindo-se pela Europa através das épocas e das culturas, com as características peculiares a cada país: a Espanha e suas batalhas de flores, a Itália, nos bailes de máscaras das cidades de Veneza, Roma, Nápoles e Florença, a França, especialmente em Nice, com os desfiles de carros alegóricos, na Alemanha, notadamente nas cidades de Colônia e Munique. Em Portugal, diferentemente dos demais países europeus, praticava-se o jogo do entrudo (VALENÇA, 1996). Entretanto, Ferreira adverte que “a idéia de que o Carnaval seria uma forma especial de comemoração, com jeito próprio e com brincadeiras específicas, só vai surgir a partir das primeiras décadas do século XIX, na Paris de 1830.” (FERREIRA, 2004, p. 59).

Controvérsias a parte e independente de sua origem ou configuração, o carnaval fixou-se ao longo dos tempos como a principal festa profana da civilização ocidental.

2.2 O ENTRUDO PORTUGUÊS NO BRASIL

A mais antiga manifestação de carnaval brasileiro é o entrudo, palavra originária do latim *introitus*, que significa introdução, os três dias que antecedem a Quaresma. Foi trazido para o Brasil pelos primeiros colonizadores portugueses e já é citado em documentos que datam de 1605 (QUEIROZ, 1999). Durante séculos foi a grande diversão carnavalesca praticada tanto nas casas quanto nas ruas das cidades. De acordo com Ferreira,

o chamado jogo do Entrudo seria, durante muitos anos, a forma mais difundida de se brincar durante os dias de Carnaval em terras brasileiras. Seja em Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza, Recife, São Paulo ou Rio de Janeiro, o costume de lançar águas, pós de todos os tipos, cinzas, líquidos imundos ou perfumes sobre quem passasse por perto tomava conta de boa parte da sociedade nos três dias dedicados às brincadeiras carnavalescas. (FERREIRA, 2004, p. 74).

O folguedo era festejado com alegria e entusiasmo nas mesmas datas, com regras semelhantes, sendo amplamente praticado na sociedade brasileira e considerado na época, “durante os três dias que se chamam do carnaval o jogo delirante de todas as idades, desde o menino até o velho, de ambos os sexos, e de todas as classes da sociedade, de todas porque os escravos também jogavam entre si”. (MACEDO, 1988, p. 87).

Fosse em residências particulares, quando familiares e convidados travavam verdadeiras batalhas por todos os cômodos da casa, fosse nas ruas, um Deus nos acuda onde

ninguém escapava incólume de um ataque traiçoeiro, em ambas as modalidades da brincadeira, empregavam-se água limpa e suja, perfumes, pós, cinzas, farinhas, lançados uns nos outros, num jogo de provocação e revide.

Inicialmente usavam-se jarras, bacias e baldes para armazenarem a “munição”, porém no século XIX, estes foram substituídos pelos limões de cheiro ou laranjas de cheiro, pequenos artefatos de cera recheados com água perfumada, e por bisnagas ou seringas feitas de folhas-de-flandres que esguichavam líquidos.

No entrudo familiar os preparativos eram organizados com muito cuidado e implicavam na colaboração de todos os moradores da casa, como mostra o trecho do conto de Machado de Assis:

Dois dias antes de chegar o entrudo já a família de D. Angélica Sanches estava entregue aos profundos trabalhos de fabricar limões de cheiro. Era de ver como as moças, as mucamas, os rapazes e os moleques, sentados à volta de uma grande mesa compunham as laranjas e limões que deviam no domingo próximo molhar o paciente transeunte ou confiado amigo da casa. (ASSIS, 1956, p. 1).

Sua prática envolvia famílias do mesmo nível social, com relações de parentesco ou de amizade, uma regra a ser respeitada, pois não se invadia a residência de um desconhecido e menos ainda de um inimigo, embora às vezes tal viesse a ocorrer, represália de um transeunte encharcado.

Aos escravos proibiam-se a participação nas brincadeiras dos senhores, limitando-os à condição de espectadores e serventes, apesar de sua colaboração indispensável na confecção dos artefatos e na preparação da festa. Queiroz enfatiza que

era inconcebível que um escravo jogasse água ou farinha num homem livre, mesmo que este fosse negro; o contrário, porém, podia com facilidade ocorrer. Os rapazes livres podiam tomar por alvo um escravo; não o seu próprio, mas o que pertencesse a alguém da família ou dos amigos. Negros e mulatos livres podiam ser atacados pelos brancos, porém não tinham direito de resposta: os folguedos do Entrudo entre etnias eram rigorosamente assimétricos. Dessa forma, as atividades festivas em seu desenvolvimento seguiam estritamente as divisões étnicas e sócio-econômicas existentes na sociedade, as quais de forma alguma se apagavam durante as comemorações. (QUEIROZ, 1999, p. 47).

No entanto, os escravos podiam brincar entre si, de manhã cedo ou no final da tarde, e repetiam as mesmas regras hierárquicas de seus senhores: os “combates” eram travados entre os serviçais de uma mesma família ou de famílias amigas e os escravos particulares tinham preferência sobre aqueles com menor qualificação.

A figura 1 é uma representação do entrudo familiar onde é possível observar os papéis desempenhados por senhores e serviçais na brincadeira. Os primeiros, em maioria, participam efetivamente, atirando limões de cheiro e esguichos d'água entre si e nos foliões entrincheirados no sobrado em frente. Quanto aos escravos, assistem à folia enquanto seguram tabuleiros com os pequenos “projéteis” para reabastecer seus patrões.



Figura 1 - Folgedos durante o entrudo no Rio de Janeiro, Aquarela, Augustus Earle, 1822-1823. Fonte: National Library of Australia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaval_do_Brasil>. Acesso em: 15 out. 2010.

O entrudo popular, por sua vez, praticava-se nas ruas e tinha um espírito mais espontâneo e agressivo. Nele, as pessoas jogavam uma nas outras, líquidos, farinhas e o que mais estivesse à mão. Dos balcões e janelas dos sobrados homens e mulheres molhavam-se e ensopavam os passantes, que também eram vítimas de moleques, jovens e adultos estrategicamente escondidos atrás de barracas, muros e colunas. Naqueles dias era uma temeridade transitar-se pelas ruas das cidades; escapar ileso, um verdadeiro milagre.

A figura 2 descreve uma cena do entrudo popular, numa das ruas do Rio de Janeiro. Nela, Debret retratou, em primeiro plano, escravos com os rostos brancos de farinha, brincando com limões de cheiro e seringa na rua e dentro de uma loja. Ao fundo pode-se

perceber a diversão de outros negros e também os vultos de pessoas divertindo-se no balcão do sobrado.



Figura 2 - O Entrudo no Rio de Janeiro, Aquarela sobre papel, Jean-Baptiste Debret, 1823. Fonte: Museu Castro Maya/IBPC, RJ. Disponível em: <http://manmessias21.blogspot.com/2010/04/um-dia-na-historia_18.html>. Acesso em: 15 jun. 2010.

Dadas suas características peculiares, o entrudo era considerado insalubre, anti-higiênico, ultrapassado, perigoso e perturbador da ordem pública, pois, “não havia música, nem dança, mas muita bebida e correrias, perseguições, sujeira e violência.” (VALENÇA, 1996, p. 13). Por conseguinte, sua prática foi alvo de proibições dos governantes desde o Brasil Colônia, proibições completamente ignoradas pelos foliões das diversas províncias do país, que continuavam empenhados nas batalhas de líquidos e pós durante os três dias de festejos, contabilizando em suas fileiras dois importantes e proeminentes correligionários: os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

Porém, a partir da década de 1830, as repressões aumentaram e deflagrou-se uma campanha nacional acirrada visando banir o divertimento das ruas em caráter definitivo. O

poder público intensificou ainda mais a publicação de editais e códigos de posturas com o intuito de reprimir o festejo, o qual veio a sofrer a perseguição implacável de fiscais municipais e agentes da polícia. A imprensa aderiu à mobilização e nas principais cidades brasileiras os jornais passaram a exercer uma pressão constante e sistemática contra a brincadeira, ora denunciando-a, ora cobrando providências às autoridades competentes.

Os literatos preconizavam a decadência do folgado, vinculando-o a uma organização social que se fundamentava na afirmação das desigualdades, e postulavam sua substituição por um divertimento mais civilizado e melhor sincronizado com os novos tempos, que atendesse aos anseios da sociedade brasileira, influenciada pelos costumes sofisticados da França, tida como “um farol de liberdade e modernidade que deveriam ser almejadas e copiadas.” (FERREIRA, 2004, p.105).

Escritores renomados como Raul Pompéia, Carlos de Laet, Machado de Assis e Arthur Azevedo usaram suas penas para denunciar os excessos da brincadeira, criticar a incompetência das autoridades e até mesmo ironizar a ineficácia das posturas municipais. Com o apoio das elites, a adesão da imprensa e a repressão do poder público logravam sepultar definitivamente a tradição carnavalesca. Porém, como “A cidade obedece, antes de tudo, a si.” (ASSIS, 1888, p. 106), o festejo prosseguia em casas e ruas pelo país afora. Essa persistência incomodava todos aqueles que o renegavam e pregavam seu fim. O certo é que

a morte do entrudo foi comemorada muitas vezes, desde a década de 50 do século XIX. Sua ressurreição, a cada ano, era também objeto dos mais irados comentários escritos ou gráficos. Não deixa de ser curioso observar o vaivém dos textos jornalísticos que, em crônicas e editoriais, saúdam o Carnaval moderno das Grandes Sociedades e anunciam aliviados o fim do entrudo enquanto, nas páginas dos noticiários, revelam irritação diante da intensidade com que os limões, as bisnagas e as seringas continuavam sendo utilizados. (CUNHA, 2001, p. 66).

Assim, “em plena década de 80 o Carnaval convivia nas ruas com o entrudo, revelando o abismo existente entre as práticas populares e os projetos europeus das elites da corte.” (SCHWARCZ, 2010, p. 281) e, dessa forma, as duas modalidades coexistiram e competiram durante os últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, quando finalmente o carnaval venceu a disputa e tornou-se entre as festas populares, a mais esperada e comemorada, difundindo-se por todo o território nacional e traduzindo-se nas mais variadas manifestações.

2.3 A REINVENÇÃO DO CARNAVAL BRASILEIRO

A transformação dos festejos carnavalescos aconteceu em meio à repressão ao entrudo e ao processo de modernização da sociedade brasileira. Vivia-se “um momento de transitividade, em que o embate entre as práticas do entrudo e o carnaval à moda européia torna-se o foco de atenção.” (GÓES, 2003, p. 60). Esse processo de modernização teve origem na vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, quando a corte instalou-se no Rio de Janeiro, agregando à província “em torno de 10 a 15 mil viajantes.” (SCHWARCS, 2002, p. 18), sofisticados e europeus, trazendo na bagagem o gosto pelas novidades da cultura ocidental e a predileção pelos usos e costumes da França. A mudança elevou a cidade à condição de capital do Reino, conferiu-lhe um novo *status* e promoveu uma transformação estrutural, graças aos empreendimentos de D. João VI com o propósito de adaptá-la às necessidades da corte portuguesa. Porém, como ressalta Cardoso,

mesmo que o objetivo fosse apenas a melhoria das condições materiais que permitisse a si próprio, aos demais membros da Família Real e aos nobres portugueses um maior conforto durante o período de permanência no Rio de Janeiro, suas iniciativas lançaram as bases de um processo civilizatório que culminou em nossa independência política em 1822. (CARDOSO, 2008, p. 250).

Com a Independência, tudo que se relacionava a Portugal considerava-se antigo e ultrapassado e a influência francesa tornou-se muito mais acentuada na vida das pessoas, norteando, consciente ou inconscientemente, suas preferências, escolhas e hábitos. O entrudo, que já despertava tanto antagonismo, enquadrava-se perfeitamente nessa rejeição às coisas lusitanas e, pelo mau gosto e selvageria de suas brincadeiras, não satisfazia as exigências de uma sociedade que procurava esquecer sua história colonial desvencilhando-se definitivamente de Portugal e firmando-se como sofisticada, moderna e, sobretudo, civilizada. Uma nova sociedade que iria “buscar uma festa que substituísse os excessos ‘entrudísticos’, que passavam a ser considerados grosseiros e indignos de um país independente, afastando-se do passado português e vinculando-se à modernidade francesa.” (FERREIRA, 2004, p.73).

Portanto, era necessário criar um novo tipo de divertimento, elegante e interessante o suficiente para encorajar a participação das classes abastadas, tão descontentes e afastadas dos festejos carnavalescos. Foi então que, em 20 de janeiro de 1840, a proprietária do Hotel Itália, localizado no Rio de Janeiro, então sede do Governo Imperial, inspirou-se nos costumes de

seu país e organizou um baile de máscaras à moda européia com a finalidade de seduzir a elite carioca e fazê-la aderir ao carnaval. A repercussão foi tão grande que,

no dia seguinte, os jornais celebravam em suas crônicas a elegância, o refinamento da festa, digna de uma sociedade verdadeiramente civilizada! O sucesso foi tal que o baile se repetiu em fevereiro, nos Dias Gordos, inaugurando um folguedo que dura até os dias atuais. (QUEIROZ, 1999, p. 51).

O acontecimento sinalizou a transformação da festa carnavalesca no Brasil e seu sucesso contribuiu para estimular a realização desses eventos nos hotéis e clubes cariocas. Em 1846, instituiu-se a tradição de promover requintados bailes carnavalescos nos teatros cariocas aos moldes das festas parisienses e o Teatro de São Januário foi o pioneiro em só aceitar o ingresso de foliões fantasiados e mascarados (VALENÇA, 1996).

Posteriormente, o ano de 1855 trouxe uma inovação que mudou definitivamente a configuração do carnaval brasileiro. Aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro desfile carnavalesco com os carros alegóricos do Congresso das Sumidades Carnavalescas do qual fazia parte José de Alencar, entre outros letrados. Para Góes,

a manifestação que denominamos hoje de carnaval só começa a se configurar como tal na segunda metade do século XIX, tendo sido estabelecido como marco histórico, pelos estudiosos, o desfile da primeira Grande Sociedade que se tem notícia, o *Congresso das Sumidades Carnavalescas*, em 1855. (GÓES, 2007, p. 1).

Por conseguinte, esse préstito é considerado o início do carnaval moderno no Brasil, que do Rio de Janeiro espalhou-se pelo país. Deve-se à iniciativa do escritor José de Alencar com o intuito de substituir as grosseiras manifestações do entrudo por demonstrações mais delicadas como desfilar pelo Passeio Público usando máscaras e roupas luxuosas, distribuindo flores e confete ao som de uma banda de música (TINHORÃO, 1998).

No final do século XIX, o entrudo foi sendo trocado pelas festividades à moda de Veneza e Paris. Os bailes, a música e o luxo das fantasias e carros alegóricos foram se fixando ao longo dos carnavais até substituírem os limões de cheiro, as seringas de flandres e outras práticas mais perigosas. Dessa maneira, aos poucos, “o termo ‘Carnaval’ vai sendo utilizado exclusivamente para descrever a festa sofisticada dos bailes e dos passeios das elites, reservando-se para as brincadeiras populares o nome de Entrudo.” (FERREIRA, 2004, p. 119).

O processo de transformação do carnaval culminou com a criação das sociedades carnavalescas, cunhadas pelas elites brasileiras, que foram buscar na Europa os subsídios

necessários para compor seu próprio carnaval, já que o Brasil não tinha um passado carnavalesco nos moldes italianos e franceses e as brincadeiras do entrudo eram consideradas incivilizadas.

2.4 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS

As sociedades carnavalescas ou “Grandes Sociedades.” (PEREIRA, 2004, p. 130) surgiram na segunda metade do século XIX e os passos iniciais para sua formação se deram no Rio de Janeiro, na década de 1850. A criação das primeiras agremiações objetivava a erradicação do entrudo, do qual eram opositoras ferrenhas e baseava-se no propósito de incorporar à folia carnavalesca, tradições presentes no carnaval europeu: o luxo e a suntuosidade dos bailes e desfiles, a elegância e sofisticação das máscaras e fantasias, privilegiando temas épicos e personagens da história universal. Em outras palavras, um espetáculo de ostentação e riqueza que favorecia as classes abastadas e excluía a maioria da população, pois não permitia sua participação direta nos festejos (FERREIRA, 2004).

As entidades pioneiras desempenharam um papel preponderante na caracterização dos festejos carnavalescos proporcionando-lhes uma nova feição, ao gosto das elites nacionais e todas as suas atividades pretendiam “estabelecer uma nova modalidade de carnaval.” (PEREIRA, 2004, p. 114), daí o seu aparecimento associar-se ao advento do moderno carnaval brasileiro.

2.4.1 O Congresso das Sumidades Carnavalescas

A precursora das sociedades foi o Congresso das Sumidades Carnavalescas que desfilou pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1855. Esta agremiação constituía-se de um grupo formado por 80 sócios, entre eles os escritores José de Alencar e Manuel Antonio de Almeida (FERREIRA, 2004). Tinha um caráter intelectual e elitista, um tanto distanciado do povo, e foi o próprio romancista cearense quem anunciou o surgimento da nova entidade carnavalesca em uma crônica publicada no jornal *Correio Mercantil* em 14 de fevereiro de 1855:

Muitas coisas se preparam este ano para os três dias de carnaval. Uma sociedade criada o ano passado, e que conta já perto de oitenta sócios, todos pessoas de boa companhia, deve fazer no domingo a sua grande *promenade* pelas ruas da cidade. A riqueza e luxo dos trajes, uma banda de música, as flores, o aspecto original desses

grupos alegres, hão de tornar interessante esse passeio dos máscaras, o primeiro que se realizará nesta corte com toda a ordem e regularidade. (ALENCAR, 1855, p. 62).

O préstito das Sumidades mostrou à capital do Império não só o luxo e a riqueza das fantasias e carros alegóricos, a delicadeza dos confetes e flores lançados ao público – expressões cosmopolitas do novo carnaval – como também a presença de um elemento muito especial: a música, representada por um grupo de clarins escoceses e uma banda de música marcial, a “mesma banda que, aos domingos, tocava para as famílias no interior do Jardim do Passeio Público” (TINHORÃO, 1998, p. 182) e que havia sido cedida pelo Ministro da Guerra (FERREIRA, 2004).

O passeio, prestigiado pela família imperial, entusiasmou as multidões durante seu trajeto pelas ruas cariocas, mostrou-se um sucesso absoluto e repercutiu pelo Brasil inteiro de tal forma que, no ano subsequente, o Congresso das Sumidades Carnavalescas convidou o compositor italiano Giuseppe Verdi para compor dois hinos que seriam cantados pelos foliões durante seu desfile. Segundo Ferreira, “Verdi chegou a enviar carta aceitando o convite, mas não se tem notícia dessas composições” (FERREIRA, 2004, p. 143).

Nos carnavais seguintes as sociedades multiplicaram-se e, poucos anos após o primeiro préstito, dezenas delas animavam o carnaval carioca, enquanto eram copiadas por várias cidades brasileiras que adotaram as novidades surgidas no Rio de Janeiro.

2.4.2 As Grandes Sociedades no limiar do século XX

Com o tempo, as sociedades carnavalescas passaram por transformações que lhes agregaram novas características, modificando sua configuração original e lhes proporcionando uma grande projeção na década de 1880, quase trinta após o surgimento da primeira agremiação. O luxo excessivo dos primeiros desfiles abriu espaço para a graça e o espírito. O humor acrescentou-lhes uma feição cômica. Aos temas épicos e personagens históricos juntaram-se as alusões e críticas políticas e sociais, as quais, com o tempo, transformaram-se no carro-chefe do carnaval apresentado pelas modernas sociedades (PEREIRA, 2004).

Um dos elementos que caracterizavam sua participação eram os pufes (do francês *pouf*), panfletos poéticos redigidos por jornalistas e intelectuais e/ou jornais humorísticos das entidades divulgados pela imprensa ou distribuídos em folhetos volantes. Esses anúncios traziam conclamações para os eventos carnavalescos, explicavam o significado das críticas e

carros alegóricos e também podiam ter uma conotação política. Eram pequenas jóias de bom humor, ironia e malícia em rimas folionas (TINHORÃO, 2000).

Literatos como Emilio Menezes, Coelho Netto e Olavo Bilac, entre outros, costumavam escrever pufes para as grandes sociedades das quais eram membros. Um exemplo dessa prática são os versos escritos por Augusto Fábregas e publicados no jornal *O Paiz*, em 5 de março de 1889:

Não é pequena tarefa
Nem vulgar abnegação
Trabalhar e gastar tanto,
Pra rir a população.

Reconhecendo e louvando
Esse raro ideal
Saudemos as sociedades
De que vive o carnaval. (FÁBREGAS apud PEREIRA, 2004, p. 142).

As atividades das agremiações não mais se limitavam aos préstitos carnavalescos, foram ampliadas e seu prestígio sustentava-se também na defesa de causas políticas e humanitárias, como o engajamento nos movimentos republicano e abolicionista e a difusão de seus ideais. Não raro, apoiavam campanhas filantrópicas, angariando fundos para entidades beneficentes e comprando a liberdade de escravos. Para Valença,

embora sua proposta inicial fosse tão-somente a participação na festa, elas transcenderam de muito o fito meramente carnavalesco e acabaram por desempenhar importante papel na política brasileira no século passado. (VALENÇA, 1996, p. 27).

Do mesmo modo, atuavam como agremiações literárias e musicais promovendo eventos culturais durante o ano. As atividades realizadas movimentavam a vida social nas cidades, mantinham as entidades em evidência e proviam parte dos recursos financeiros empregados na realização dos festejos do próximo carnaval. Toda essa estrutura era mantida por meio de “empregados fixos, sedes organizadas e abertas durante todo o ano para atender os seus sócios efetivos ou honorários.” (CUNHA, 2001, p. 112).

De outra forma, tiveram destacada importância na vida cultural brasileira, pois, “como agremiações independentes do Estado e da instituição familiar patriarcal, exerceram uma função mediadora, aproximando as elites do universo cultural popular.” (COUTINHO, 2006, p. 57). Além disso, expressavam, através de seus eventos, “uma moral carnavalesca, hedonista, que de alguma forma rompia com a rigidez e afrouxava os costumes de uma velha ordem social.” (COUTINHO, 2006, p. 57).

No final do século XIX, as grandes sociedades foram se disseminando pelos subúrbios e bairros mais populares das cidades, usufruindo de grande prestígio junto às elites e conquistando a aceitação e a participação da população brasileira que abriu suas portas para os préstitos e bailes carnavalescos, formando novas agremiações e dando-lhes uma forma mais modesta e familiar.

3 NOSSA SENHORA DO DESTERRO, A ILHA DE SANTA CATARINA

No século XVI a costa catarinense e a Ilha de Santa Catarina eram habitadas apenas pelos índios carijós, povo da nação tupi-guarani. Porém, desde o início desse século, “pontos que correspondem ao litoral catarinense aparecem em cartas geográficas [...] através de navegadores de várias nacionalidades.” (PIAZZA; HÜBENER, 2001, p. 23) e não demorou muito para que a Ilha e o litoral continental fossem visitados por viajantes europeus. A partir de 1516, diversas expedições exploradoras, frequentemente espanholas, aportaram no lugar quando se dirigiam ao Rio da Prata ou ao Oceano Pacífico (CORRÊA, 2004).

No entanto, há divergências entre os pesquisadores quanto ao descobrimento da Ilha e discrepâncias em relação às datas. Uma das opiniões considera que o autor seria o navegador português Gonçalo Coelho o qual teria visitado a Ilha em 1502, numa de suas missões de reconhecimento da costa brasileira (RÚBIO apud MOSIMANN, 2002). Também existe o entendimento de que o lugar teria sido descoberto em 1515, pelo navegador espanhol Juan Dias de Solis, em sua viagem empreendida pela costa do continente sul-americano, quando a Ilha ainda era conhecida como Baía de los Patos ou Puerto de los Patos (VÁRZEA, 1985). Mosimann reputa a autoria ao explorador veneziano Sebastián Caboto, a serviço de Espanha, o qual teria descoberto o lugar em 26 de outubro de 1526, batizando-o com o nome de Ilha de Santa Catarina. Para o historiador, “muitos continuariam aportando na Ilha, [...] mas Caboto, indiscutivelmente, foi o seu patrono.” (MOSIMANN, 2002, p. 38 e 39).

De fato, durante o século XVI, várias expedições europeias comandadas por exploradores portugueses e espanhóis, entre eles, Gonçalo Coelho (1502), Cristóvão Jacques (1522), Diego Garcia (1527-1528), Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (1541) e Juan de Salazar (1572), aportaram na Ilha sem, contudo, legarem maiores registros de sua passagem e, nenhuma delas permaneceu ou “deixou o mínimo núcleo de população no lugar.” (VÁRZEA, 1985, p. 5). De acordo com Mosimann:

De uma dúzia de armadas espanholas organizadas com esta rota do Atlântico Sul, de 1515 a 1540, oito tiveram embarcações estacionando e abastecendo-se na Ilha. E é justamente nesse contexto que a Ilha é descoberta e reconhecida, a ponto de todos os

primeiros pilotos-mor da Espanha estarem ligados, de alguma forma, à história da Ilha. (MOSIMANN, 2002, p. 31).

Essa busca e interesse pela costa insular estavam relacionados com a exuberância da natureza local, pródiga em alimentos, madeiras, água, ao ar saudável que se respirava no lugar e à cordialidade de seus primeiros habitantes, os índios carijós, que possibilitavam o aprovisionamento das expedições. Graças ao porto, uma de suas principais fontes de renda, a Ilha configurou-se em um importante ponto de “aguada e refresco” no Sul do Brasil, onde os navegantes providenciavam reparos no madeirame dos navios e reabasteciam-se de água potável, lenha e mantimentos frescos.

Outro fator de grande importância era a localização privilegiada que a Ilha ocupava na costa meridional brasileira. Suas duas baías, Norte e Sul, proporcionavam um excelente ancoradouro para as embarcações, fundeadas com segurança. Além disso, o lugar constituía “um ponto de apoio estratégico para o Atlântico Sul e para a baía do Prata, além de conveniente trampolim de acesso ao interior do continente.” (VEIGA, 2010, p. 29). Com o tempo, a Ilha tornou-se “uma escala quase que compulsória para a última esticada até o Rio da Prata.” (MOSIMANN, 2002, p. 13) e o alvo da cobiça de países europeus.

Entretanto, a coroa portuguesa estava determinada a garantir, sob sua tutela, o território recém descoberto. Por essa razão, tornou-se imperioso a implantação de aparatos defensivos contra invasões estrangeiras, principalmente dos espanhóis, que já haviam se fixado no Rio da Prata. Assim, a povoação da Ilha obedeceu a interesses estratégicos de Portugal e o primeiro passo foi sua ocupação por habitantes civis e militares, responsáveis pela produção de alimentos, administração e defesa da região. Não obstante essa preocupação demográfica lusitana, o lugar permaneceu praticamente despovoado até o ano de 1650 (VÁRZEA, 1985), quando os vicentistas e paulistas dispersaram-se pelo litoral sul do Brasil, requerendo ao Rei a doação de terras na Ilha.

Somente na segunda metade do século XVII, segundo os pesquisadores catarinenses Várzea (1985), Cabral (1994) e Corrêa (2004), uma póvoa foi assentada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho Monteiro, contudo, ele “não fundou Desterro ou Nossa Senhora do Desterro, mas sim uma póvoa sem designação específica.” (CORRÊA, 2004, p. 125). Também não se pode determinar precisamente a data dessa fundação, pois os autores antigos discordam entre si, não há documentos referentes à época e o manuscrito *Livro das*

Novidades, com relatos do primeiro povoamento, perdeu-se (LUZ, 2000, p. 35). Entretanto, Cabral sugere, referindo-se ao estabelecimento da póvoa que,

em 1678, o paulista requereu ao Governador da Capitania duas léguas em quadro de terras na Ilha de Santa Catarina, onde já tinha igreja de Nossa Senhora do Desterro e culturas, além de outras mais em terra firme, sendo, assim, provável que, antes dessa data, possivelmente em 1675, já tivesse fixado moradia na Ilha, para a qual se transferira com a família, agregados e escravos, época em que teria dado início a todos aqueles trabalhos que alegou para obter a doação. (CABRAL, 1994, p. 41).

Na póvoa, uma das atividades econômicas mais rentáveis consistia na produção e comercialização de alimentos, notadamente a farinha de mandioca, cuja exportação dava-se através do porto. Também produzia-se algodão, café, cana-de-açúcar, milho, arroz, destinados ao consumo da população local e eventualmente exportados.

No século XVIII, mais precisamente em 1726, a póvoa foi alçada à categoria de vila, e nessa condição permaneceu por cem anos. Na época, a Vila de Desterro contava com um número maior de habitantes, mas ainda conservava-se um reduzido “agregado de sítios, isto é, onde campeava a casa do senhor com a dos administradores em torno. Plantava-se nas proximidades e em frente, no Estreito.” (LUZ, 2000, p. 59).

Durante os séculos XVIII e XIX, vários viajantes estrangeiros estiveram no litoral catarinense aportando em Desterro, entre eles, os franceses Amédée Frézier (1712) e Jean-François de La Pèrouse (1785), os ingleses George Anson (1740) e John Mawe (1807), os alemães Adam von Krusenstern e George von Langsdorff (1803) e o russo Vassili Golovnin (1808) (HARO, 1990). Seus relatos contribuíram com informações sobre a população, hábitos, estrutura e organização da vila, detalhando seu *status* socioeconômico e tornando-se uma importante referência histórica sobre o lugar.

2.1 A CIDADE NO SÉCULO XIX

No século XIX, Desterro foi elevada à condição de cidade e, no ano de 1823, tornou-se a capital da Província de Santa Catarina inaugurando um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais que proporcionaram, entre outras obras, a construção de edifícios públicos e a melhoria do porto.

Entre as décadas de 1850 e 1872 ocorreu uma evolução populacional no estado, na qual a cidade, sede do governo catarinense, destacou-se “como o maior contingente

populacional porque, embora fosse centro político administrativo e cultural, atraiu ponderável número de estrangeiros.” (PIAZZA; HÜBENER, 2001, p. 133).

A figura 3 é uma pintura da Rua João Pinto, na região central de Desterro, com seus sobrados e a movimentação dos moradores, feita pelo artista plástico catarinense Victor Meirelles, em 1851.



Figura 3 - Uma rua da cidade do Desterro, Óleo sobre papel, Victor Meirelles, 1851. Fonte: Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Victor_Meirelles_-_Uma_rua_da_cidade_do_Desterro%2C_1851.jpg>. Acesso em: 08 mai. 2011.

O porto foi o principal responsável pela diversificação das atividades econômicas, formação de riquezas e urbanização da cidade. No século XIX tornou-se o mais importante porto da Província e, “como entreposto principal, promoveu a acumulação de riquezas, criando uma próspera classe de comerciantes, armadores e agenciadores de navios.” (PEDRO, 1998, p. 25). O comércio dava-se, notadamente, com outras províncias brasileiras como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, mas também ocorriam transações com países da América do Sul, no caso Argentina e Uruguai (CABRAL, 1971). A produção e o comércio de alimentos, com destaque para a farinha de mandioca, o produto mais exportado,

também contribuíram para a acumulação de riquezas na cidade e na constituição de uma nova elite.

No bojo dessa elite, que passou a ocupar os cargos administrativos de Desterro, veio a criação de diferentes hábitos, polidos, cosmopolitas, e uma nova delimitação dos espaços sociais na qual as camadas mais pobres da população foram expulsas do centro da cidade e instaladas na periferia. Em prol da modernidade e da civilidade, foram adotados vários mecanismos de diferenciação social excluindo o que destoasse da recente concepção de realidade. Para Bitencourt,

havia o desejo de afastar da cidade tudo aquilo que a fizesse figurar como uma zona rural, “jeca”, ela deveria ser cosmopolita. A população era tolhida em seus antigos modos de comportamento, cooptada a apresentar-se “civilizada” e repreendida ao negar as novas regras. Notadamente, a camada social formada pelos pobres e escravos são [sic] o alvo preferencial da repressão. Excluídos dos direitos e benefícios do mundo moderno, sua inclusão nesse projeto de sociedade dava-se pelo poder de outros que decidiam quais os papéis a eles destinados. A cidade dos sonhos burgueses não era para eles. (BITENCOURT, 2000, p. 29).

Dando continuidade ao plano de modernização, constituiu-se em Desterro a firma comercial Carl Hoepke e Cia., com filiais em outras cidades do Estado, a Cia. Catarinense de Navegação, ligando Desterro a Gaspar, surgiu o telégrafo elétrico com as primeiras comunicações entre Desterro e Laguna realizadas ainda em 1867, e a instalação na década de 1880, dos bondes de tração animal, da Companhia Carris Urbanos (CORRÊA, 2004).

Na vida cultural da cidade destacaram-se a criação, no ano de 1862, da Sociedade Amor às Letras, formada por intelectuais do porte de Marcelino Dutra e Bernardino Varela; as inaugurações, na década de 1870, do Clube 12 de Agosto, onde se realizavam bailes, saraus, apresentações musicais, e do Theatro Santa Izabel, atual Álvaro de Carvalho, oferecendo à população espetáculos teatrais e concertos com artistas locais, nacionais e internacionais; as obras do artista plástico Victor Meirelles; e o surgimento do movimento literário Idéia Nova (1883), de cunho parnasiano e naturalista, integrado por Virgílio Várzea, Araújo Figueiredo, Santos Lostada, Cruz e Souza e Delminda Silveira, entre outros escritores e poetas responsáveis pelo incentivo às letras catarinenses (CORRÊA, 2004).

Também no século XIX, durante a administração do presidente Alfredo D’Escragnolle de Taunay editou-se a Planta Topográfica da Cidade de Desterro, na década de 1876, com vistas à formulação de um primeiro projeto de expansão do município.

A figura 5 é uma reprodução da Planta Topográfica da Cidade de Desterro, elaborada em 1876, pelos engenheiros Antônio Florêncio Pereira do Lago e Carlos Othom Schlappal, por solicitação do presidente Visconde de Taunay.

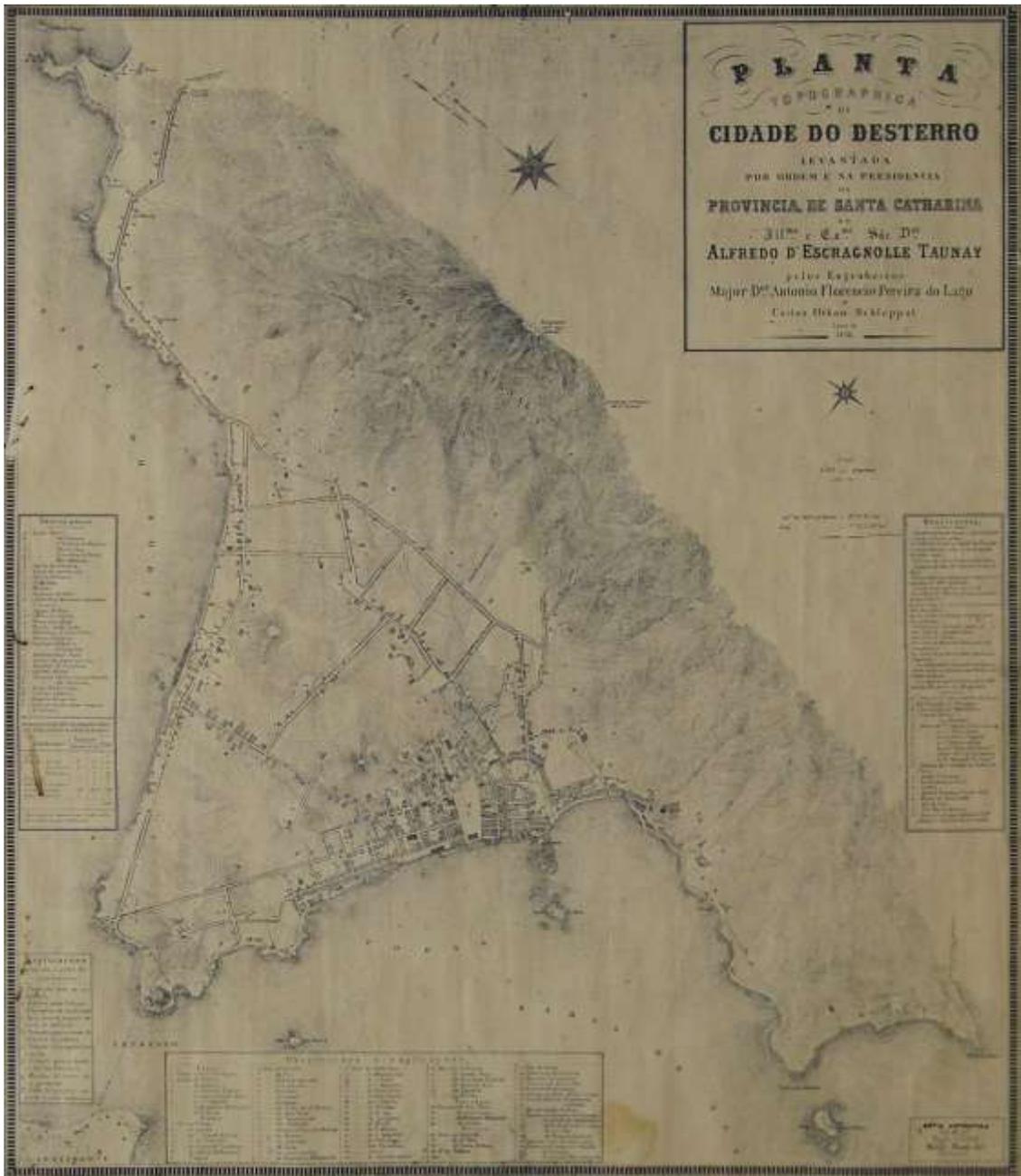


Figura 4 - Planta Topográfica da cidade do Desterro de 1876. Fonte: Acervo Família Beckhauser. Disponível em: <http://www.familiabeckhauser.com.br/img/mapa_desterro.jpg>. Acesso em: 07 mai. 2011.

Em 1888 promulgou-se a Lei provincial nº 1.238, que aprovou o Código de Posturas, em vigor a partir de 1889, com 247 artigos legislando sobre os mais variados assuntos, entre

outros, higiene, saneamento e saúde pública, funcionamento do comércio e serviços, construção de edificações, nivelamento das ruas e conservação dos caminhos e estradas, enfim, “uma coleção de normas de convivência e uma ordenação da organização da vida urbana.” (CORRÊA, 2004, p. 229 e 230).

Ainda nesse século, Desterro participou de conflitos como a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista, de movimentos sociais e políticos que culminaram com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, das políticas colonizadoras do Segundo Império e da Primeira República, da criação e incremento da imprensa catarinense, voltada principalmente para as lutas político-partidárias e, a partir de 1894, passou a chamar-se Florianópolis.

No limiar do século XX, a cidade viveu um período caracterizado por crises políticas, econômicas e sociais que acarretaram uma grande instabilidade (PEDRO, 1998). A decadência das atividades portuárias cuja movimentação já era inferior às de São Francisco do Sul e Itajaí, a extinção da escravidão e a consequente modificação nas relações de produção, a mudança do regime político, o surgimento de cargos político-administrativos e a disputa por sua ocupação, além de outros fatores, contribuíram para o declínio das riquezas acumuladas anteriormente e para o remanejamento das elites.

A figura 6 é a fotografia da cidade no final do século XIX, em uma vista da Baía Sul, tendo em primeiro plano o Quartel do Campo do Manejo, onde hoje fica o Instituto Estadual de Educação, e o Forte Santa Bárbara, atual sede da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. Ao fundo estão o trapiche, o mercado público e a Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

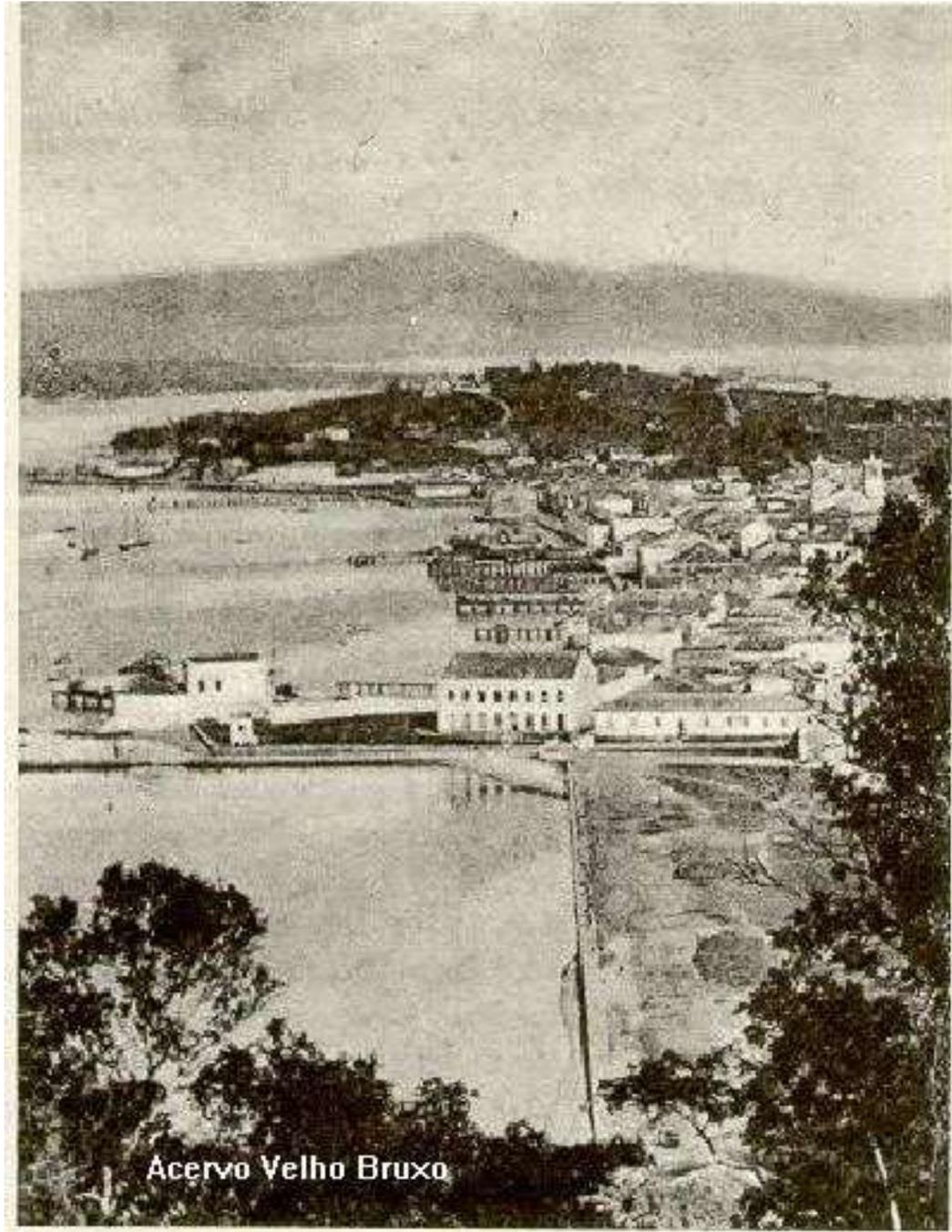


Figura 5 - Cidade do Desterro vista do morro da Prainha, 1900. Fonte: Acervo Velho Bruxo/UFSC. Disponível em: <<http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/Albuma06.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

2.2 A IMPRENSA EM DESTERRO

Um dos acontecimentos que marcaram o século XIX em Santa Catarina foi a criação da imprensa. Na década de 1831 surgiu o primeiro jornal em Desterro, *O Catharinense*, uma iniciativa do engenheiro militar Jerônimo Coelho, responsável por sua redação, edição,

impressão e distribuição na cidade a partir daquela data. Em suas páginas, divulgava “idéias liberais, antilusitanas e defensoras da liberdade de imprensa.” (PEDRO, 1995, p. 17), um discurso civilizador dirigido a uma sociedade iletrada e escravocrata.

Funcionário público, o capitão Jerônimo Coelho imprimiu em seu jornal, não obstante o apoio de vários comerciantes locais, um vínculo com o poder público, tanto na linha editorial quanto nos leitores ao qual seu discurso destinava-se, funcionários civis e militares da administração municipal.

Onze anos depois, a cidade já contava com vários periódicos, entre eles, *O Novo Íris*, *A Revelação*, *O Argos*, *Cruzeiro do Sul*, *O Conservador*, *O Correio Catarinense*. Nem todos circularam à mesma época e alguns tiveram uma vida efêmera, como o *Bota-Fogo*, cuja circulação durou apenas sessenta dias, e *O Santelmo*, com somente seis meses de duração, ambos publicados no ano de 1858. Porém, a totalidade desses jornais fazia um “registro metódico e perene das particularidades da vida da cidade.” (SIEBERT, 2001, p. 232).

A partir de meados do século XIX, a expansão do porto de Desterro trouxe à cidade um período de prosperidade que se estendeu até o final de 1880. A acumulação de riquezas ocasionou o surgimento de uma nova elite local, constituída por armadores e comerciantes de navios, a qual se envolveu em disputas político-partidárias, passou a ocupar cargos políticos e administrativos, usou os jornais para divulgar suas ideias e promoveu uma ampliação do público leitor bem como uma mudança no perfil dos leitores. Não obstante essas transformações, a trajetória da imprensa desterrense caracterizou-se, desde seu surgimento e durante todo o século XIX, pelo envolvimento com a política partidária e por ser um instrumento do poder público, que contratava os jornais para a divulgação de seus atos oficiais e de reuniões da Assembléia Provincial.

O vínculo com a esfera pública comprometia a autonomia, a isenção, a imparcialidade e a própria sobrevivência dos periódicos. Ligados a candidatos ou partidos políticos vitoriosos, defendendo os interesses do governo, preservavam o *status* de porta-vozes e garantiam sua longevidade. Ao contrário, os jornais de oposição, poderiam arriscar sua continuidade. No século XIX, vários jornais equilibraram-se na corda bamba: foram substituídos, deixaram de existir, retomaram suas atividades, sempre ao sabor das lutas político-partidárias e da composição das elites locais, das quais a imprensa desterrense tornara-se refém desde sua gênese.

De outra forma, no decorrer desse período, a imprensa foi o único veículo de comunicação de massa em Desterro, o que lhe conferiu enorme prestígio e influência na sociedade local. Através de suas páginas,

os jornais desempenhavam o papel de modeladores das condutas sociais, inclusive das próprias elites, criando um público identificado com os valores modernos e condenando quem se desviasse deste caminho; como um vigilante das boas maneiras e da moral burguesa requerida nos novos tempos. Era um instrumento de convencimento e educação dos códigos e padrões da sociabilidade urbana moderna. (BITENCOURT, 2000, p. 31).

Os periódicos eram lidos pela reduzida elite alfabetizada da cidade, mas suas notícias também circulavam entre as camadas iletradas da população, em conversas, através de redes de comunicação informal, numa hierarquização das classes sociais onde se estabelecia a distinção entre aqueles que sabiam e os que não sabiam ler, entre aqueles que tinham e os que não tinham acesso à cultura e à civilização.

Os intelectuais colaboravam com textos, transcrições, traduções, concorrendo para a diversificação dos assuntos abordados e, na sua falta, para preencher as páginas de uma edição. Literatos da envergadura de Santos Lostada, Horácio Nunes, Delminda Silveira, Cruz e Souza e Virgílio Várzea divulgavam sua produção literária nos jornais. Os dois últimos foram diretores do jornal *O Moleque*, órgão semanal, “crítico, humorístico, noticioso e de leituras variadas.” (PEDRO, 1995, p. 92 e 93). Assim, de acordo com as palavras de Corrêa, “além do noticiário que mantinha o interesse e os comerciais que o sustentavam, os jornais eram os únicos meios de publicação de folhetins, poesias, pequenos ensaios e outras páginas literárias lançadas pelos escritores da época.” (CORRÊA, 2004, p. 213).

A atuação da imprensa na sociedade desterrense contribuiu para a difusão de ideias, preservação de valores e observância de normas e preceitos instituídos por essa mesma sociedade. A instituição agia na defesa de determinados interesses e aspirações “da população, do Estado, do Governo, da Igreja, dos Partidos Políticos, dos grupos de pressão e das personalidades mais destacadas da capital.” (SILVEIRA, 1981, p. 48). Este vínculo a transformou, no decorrer de sua existência, em uma importante fonte de informações sobre o passado da cidade, guardadas as limitações decorrentes de seu comprometimento com as elites e com o poder público.

4 O CARNAVAL DESTERRENSE ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA E DAS SOCIEDADES CARNAVALESCAS

Em Desterro, na segunda metade do século XIX e a exemplo de outras cidades brasileiras, praticava-se o entrudo e o carnaval nos três dias de folia. Ambos, festejos carnavalescos e manifestações entrudescas, conviviam na cidade, porém diferenciados em suas caracterizações.

Vale lembrar que a palavra carnaval tanto podia significar os folguedos realizados nos três dias anteriores à Quaresma, incluído o entrudo, quanto os festejos à moda européia, com máscaras, fantasias, desfiles e bailes. Este último, promovido pelas sociedades carnavalescas, era sinônimo de elegância e refinamento e sua fama ultrapassou os limites da cidade. Durante o carnaval, a Ilha era visitada por inúmeros foliões de localidades vizinhas e, na época, já havia uma “verdadeira loucura pelos folguedos de Momo e um jornal de 1886, de Tijucas, chegava a denunciar que indivíduos pobres iam ao ponto de contrair dívidas de duzentos e trezentos mil réis só para tomar parte no carnaval do Desterro.” (CABRAL, 1951, p. 30).

A imprensa, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na divulgação e preservação do carnaval desterrense através do registro impresso dos acontecimentos e festividades que marcaram aquela época.

4.1 O CARNAVAL EM DESTERRO SEGUNDO A IMPRENSA

Apesar do surgimento da imprensa no Brasil datar de 1808 e o entrudo como diversão carnavalesca ser uma herança dos primeiros colonizadores portugueses, as histórias da imprensa e do carnaval somente se encontraram na segunda metade do século XIX, no momento em que “os jornais, num primeiro impulso de modernização e expansão mercadológica, se abriram para o entretenimento, encontrando-se com o Carnaval à européia.” (COUTINHO, 2006, p. 31). No entanto, jornais e periódicos tornaram-se os

grandes aliados do festejo, conferindo-lhe uma feição de festa popular, colaborando com sua socialização e reconhecimento, e reforçando comportamentos.

Em Desterro, a mais antiga referência sobre o carnaval localizada na imprensa data de 1855, é uma crônica com o título *O Carnaval*, que aborda o jogo do entrudo na capital catarinense, destacando sua prática moderada graças às providências da polícia e à civilidade da sociedade local, e profetizando a extinção do festejo num futuro próximo (O CONSERVADOR, nº 301, 23/02/1855).

Vale ressaltar que o entrudo era o alvo predileto da imprensa desterrense, contra o qual declarara uma guerra sem tréguas: “É preciso expulsá-lo. O propulsor das pneumonias, das tuberculoses, das algibeiras, do murro, é preciso ser destruído. Entreguemo-lo aos fiscais.” (O CONSERVADOR, nº 29, 07/02/1885). Em contrapartida, os jornais compraziam-se em noticiar as festividades realizadas pelas agremiações carnavalescas, as quais se constituíam no próprio carnaval desterrense. Através da atuação dessas entidades e da visibilidade proporcionada pela imprensa é possível obter-se referências que permitem uma leitura social, política, cultural e musicológica do folguedo, bem como analisar sua dimensão na sociedade local.

Jornais e entidades mantinham uma parceria vantajosa. Estas usavam o veículo para a divulgação de suas ideias e atividades e, por sua vez, os periódicos desterrenses recheavam suas edições diárias ou semanais com notícias, crônicas e notas sobre os eventos realizados durante o tríduo carnavalesco. Convidados das sociedades, representantes da imprensa compareciam às festividades onde eram recebidos com cortesia e distinção. Em crônica sobre o baile da sociedade Diabo a Quatro, o jornal *Polyanthea* ressalta que “a imprensa local aí se fez representar, a convite gentilmente feito pela diretoria, tendo ido por esta folha o nosso afável e delicado colega de redação Alfredo Toledo.” (POLYANTHEA, nº 3, 17/03/1889).

Posteriormente, redatores e jornalistas descreviam os desfiles, bailes, fantasias e carros alegóricos. Também destacavam a participação de bandas e orquestras, maestros e compositores, bem como os gêneros e peças musicais executados nos eventos. Notificavam, ainda, a presença de autoridades civis e militares. Enfim, proporcionavam aos leitores um panorama amplo e detalhado dos três dias de folia.

Sem pudor, os cronistas transformavam o carnaval desterrense em um modelo de civilidade, enaltecendo o comportamento dos foliões, como na crônica sobre o carnaval de 1883: “Se pelo critério ordem e pujança de um divertimento público, pode-se aferir o quilate

da civilização de um povo – os dias 4, 5 e 6 do corrente, colocam a capital de Santa Catarina à direita das capitais mais adiantadas da América do Sul.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 29, 09/02/1883). Ou, ainda, nas palavras escritas por Euclides Vasques de Castro, “se há um fato que demonstra quanto estamos adiantados em civilização, é sem dúvida as festas que rendemos todos os anos ao deus Momo.” (MERCURIO, nº 7, 07/02/1886).

Também criavam expectativas nos leitores quanto aos eventos realizados pelas agremiações, aguçando-lhes a curiosidade. É o caso do artigo referindo-se ao Zé-pereira da sociedade Netos do Diabo: “Será mais um triunfo para os *Netos*, pois a indiscrição de quem nos veio trazer a notícia contou-nos tintim por tintim, tudo quanto virá a público, e que não passamos adiante para não tirar o sabor da surpresa.” (O ESTADO, nº 261, 27/01/1899).

Os jornais anunciavam a criação de novas agremiações carnavalescas em Desterro, “foi estabelecida num destes dias, nesta capital, uma sociedade com o título de *Beduínos carnavalescos*.” (O DESPERTADOR, nº 1549, 28/02/1877) e também nos municípios vizinhos, “organizou-se no dia 25 do corrente, na cidade de São José, uma sociedade carnavalesca, com a denominação de *Alliança Josephense*.” (A REGENERAÇÃO, nº 16, 02/03/1882).

Além disso, disponibilizavam suas páginas para que os estabelecimentos comerciais fizessem a propaganda de seus produtos carnavalescos, que iam desde cabeleiras postiças, máscaras de papelão, cera, arame e cetim, fantasias novas e usadas, tecidos, luvas de pelica, flores, lanternas de papel, fogos artificiais, bisnagas, bombas de confete, limões com papel colorido ou dourado, até artigos de armarinho (JORNAL DO COMMERCIO, nº 5, 19/01/1882).

Em várias ocasiões os jornais justificavam o atraso ou a falta de notícias dos eventos e avisavam aos leitores antecipadamente quando a próxima edição não seria impressa: “Por motivo dos festejos carnavalescos estarão hoje fechadas nossas oficinas e, portanto, não será publicada a folha de amanhã.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 48, 26/02/1884).

De outra forma, pressionavam os desterrenses a ornamentarem as ruas e iluminarem suas casas, recebendo as sociedades com fogos artificiais, flores, confeitos e outros regalos, ou censuravam o descaso dos moradores para com os préstitos: “Pode-se contar as casas que assistiram à passagem dos celebrantes de Momo com fogos de bengala! Nenhuma comissão foi nomeada para o enfeite das ruas.” (CORREIO DA TARDE, nº 50, 01/03/1884).

Também impunham restrições a determinadas brincadeiras e permitiam-se o direito de criticar este ou aquele comportamento por julgá-lo impróprio ou extravagante, interferindo, desse modo, nos divertimentos da população. É o caso da crônica intitulada *Carnaval*, “órgão na imprensa assiste-nos o direito de censurarmos todo e qualquer ato público, assim como somos livres e imparciais nas críticas que fizermos de tais atos.” (A REGENERAÇÃO, nº 9, 04/02/1883).

Esse caráter fiscalizador adotado pela imprensa é observado ao longo do século XIX, mais precisamente na segunda metade, e é por seu intermédio que se pode constatar o controle e a repressão exercidos sobre a diversão dos foliões. Os editais de polícia sucediam-se ano após ano no período carnavalesco. A fiscalização dos “máscaras” tornava-se mais e mais rigorosa a cada carnaval, era necessário solicitar uma licença policial para encobrir o rosto (O DESPERTADOR, nº 1148, 10/02/1874).

Havia uma preocupação com o reforço do policiamento nos três dias de folia, demonstração de que as festividades inspiravam um cuidado maior com as ruas e habitantes da cidade. Um exemplo é o ofício enviado pelo chefe da polícia local solicitando ao vice-presidente da Província “para que sejam apresentados ao Comandante de Polícia, durante os três dias de carnaval, às duas horas da tarde, mais de 6 praças de linha, a fim de coadjuvarem o policiamento da cidade.” (Ofício do Chefe de Polícia para o Vice-Presidente da Província. Desterro, 22/02/1879).

A segurança das agremiações carnavalescas também fazia parte das atribuições da polícia e as próprias sociedades, por sua vez, estabeleciam regras e proibições nos programas de festejos ou regulamentos, administrando assim, o comportamento de seus associados. Não obstante o número de pessoas que ocupavam as ruas, largos e praças da cidade para assistir aos desfiles, o carnaval desterrense transcorria sem graves ocorrências, apenas um ou outro incidente causado pelas críticas ou sátiras apresentadas nas sociedades ou por mascarados avulsos, alguns episódios entrudescos ou esparsos conflitos entre os foliões, fatos sem maiores conseqüências, administrados pelo chefe de polícia. Os jornais exaltavam “o espírito ordeiro e calmo de nossos comprovincianos [que] se revela sempre que entre nós se realizam divertimentos públicos, e aos quais aflui grande massa de público.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 42, 23/02/1882).

Desse modo, durante a segunda metade do século XIX, a imprensa noticiou, ano após ano, os festejos carnavalescos. Denunciou as manifestações do entrudo, contra o qual

empreendeu uma campanha contínua, sistemática, mas, sobretudo, divulgou e prestigiou o carnaval promovido pelas sociedades carnavalescas, monopolizado pelas elites locais e permitido aos seus convidados de freguesias e municípios vizinhos. À população desterrense juntavam-se grupos de visitantes que atravessavam as baías e desembarcavam na Ilha para apreciar o carnaval e conferir sua fama. Segundo a coluna do jornal *O Despertador*, em 1883, “veio gente de Tijucas, S. Miguel, São José, Laguna e de todas as freguesias próximas da capital assistir às festas carnavalescas.” (O DESPERTADOR, nº 2070, 10/02/1883). Para o redator da *Republica*, “era um gosto ver a quantidade enorme de canoas e lanchas que aportavam às nossas praias e despejavam povo pelas casas dos parentes e conhecidos.” (REPUBLICA, nº 852, 19/02/1893).

Sobre as manifestações das camadas mais populares, praticamente não há registros nos jornais da época, apenas uma ou duas referências sobre as proibições e repressões aos batuques e bandos de negros e escravos. Um exemplo é o texto criticando grupos de Zé-pereiras que circulavam pela cidade, batendo em latas de querosene e panelas, sendo um ou dois destes grupos formados por escravos que, por se apresentarem “cobertos de farrapos, com as caras cobertas de máscaras ou pintadas de branco e encarnado, estavam estes indivíduos acobertos de serem conhecidos.” (O DESPERTADOR, nº 2175, 20/02/1884). A nota questionava se a polícia tinha conhecimento deles e se havia lhes fornecido a licença para saírem às ruas da cidade.

Nos jornais também fica evidente a apropriação das novidades carnavalescas da capital do Império e do moderno carnaval, pelos desterrenses, sobretudo sua intenção de apresentá-lo em grande estilo, colocando-o no mesmo patamar das principais cidades do país.

4.1.1 A imprensa e o entrudo

Em Desterro, o entrudo era praticado nas casas e ruas da cidade, mas enquanto a população divertia-se com a “molhadeira”, a imprensa e o poder público perseguiram a brincadeira por considerá-la um divertimento impróprio para a sociedade local.

Desde as primeiras décadas do século XIX, as autoridades catarinenses criavam legislações que coíbiam e puniam severamente todos aqueles que participassem da diversão. A Câmara Municipal de Desterro publicou, em 26 de julho de 1832, um ofício decretando a proibição do entrudo e especificando as penalidades aos infratores:

Fica proibido o jogo do Entrudo dentro do município, qualquer pessoa que publicamente o jogar, incorrerá na pena de 2\$000, a 8\$000 de condenação, e não tendo com que satisfazer sofrerá de dois a seis dias de prisão. Sendo escravo sofrerá seis dias de cadeia, caso o Sr. não mande castigar com 50 açoites, devendo uns e outros infratores serem conduzidos pelas rondas policiais à presença do juiz a vista das partes, e testemunhas que presenciam a infração. (Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província, Postura da Câmara Municipal, Desterro, 26/07/1832).

Em 1857, o festejo foi liberado com algumas restrições, entre elas, a regulamentação da fabricação e venda dos limões de cheiro e, principalmente, a proibição aos escravos de brincarem: “Não se consentirá que os cativos andem nas ruas ocupadas neste divertimento, de qualquer maneira que ele seja, sob pena de 24 horas na cadeia.” (Resolução Nº 429, Art. 130, Cap. XII. Desterro, 28/03/1857). Porém, o documento permitia a participação às “pessoas decentes”.

Enquanto isso, no país, deflagrava-se um movimento contra o folguedo, ao qual a imprensa desterrense aderiu, passando a exprimir seu desagrado pelo festejo através de artigos e crônicas, como no texto assinado por “um amigo do progresso”:

Já era tempo de acabar com o uso bárbaro, e prejudicialíssimo não só à saúde do corpo, mas também ao decoro e honestidade das famílias. Era nesses três dias do carnaval que se viam as maiores loucuras, praticadas por homens aliás decentes, e senhoras recatadas e modestas! Quantas enfermidades, e mesmo quantas mortaldas não foram a consequência infalível desse imoral uso!! Inumeráveis. (O ARGOS, nº 250, 18/02/1858).

Posteriormente, o divertimento foi expressamente proibido (Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 26/03/1859) e tornou-se um caso de polícia, sem, contudo, intimidar os foliões desterrenses. No ano seguinte, continuou sendo praticado em toda a cidade e a imprensa passou a denunciar seguidamente suas manifestações, exigindo a intervenção das autoridades para coibir os excessos da brincadeira e manter a ordem na cidade. Um exemplo é a coluna do jornal *O Mercantil*:

Nas ruas do Vigário, do Menino Deus e Áurea⁵, há certas casas que jogam o entrudo, principalmente à noite, com todo *sans façou e entusiasmo*; e sendo expressamente proibido tão nocivo costume, chamamos a atenção da autoridade fiscal, visto o *cinismo* que vai por aí além. (O MERCANTIL, nº 709, 20/02/1868).

⁵ Antigas denominações das ruas Fernando Machado e dos Ilhéus, respectivamente. A Rua Menino Deus permanece com o mesmo nome.

Por sua vez, as proibições municipais se intensificaram e alcançaram o interior das residências, passando a penalizar também os participantes do entrudo familiar com multas e detenção. Da mesma forma, puniam os fiscais que não cumprissem as disposições legais, conforme o Ofício da Câmara Municipal datado de 1869:

Art. 1º Fica proibido o jogo do entrudo, quer pelas ruas, quer pelas casas particulares, durante os três dias de carnaval. Os infratores serão multados em 20\$000 réis e o duplo na reincidência, e recolhidos à cadeia por três dias. O fiscal que não cumprir à risca estas disposições, sofrerá a multa de 40\$000 réis imposta administrativamente. (Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 01/05/1869).

Porém, sempre ocorriam manifestações do folguedo e na década de 1880 pode-se observar sua prática no artigo do jornal *O Despertador*:

Já começa a manifestar-se este jogo brutal, prejudicial à saúde e que tanto depõe contra a civilização de um povo. Vimos já, na mão de alguns rapazes, colossais seringas de folha de Flandres, capazes de apagar um incêndio. Seria bom que o Sr. Dr. Chefe de polícia fizesse apreender tais instrumentos, que nos parece estão compreendidos nos que as posturas municipais proibem. (O DESPERTADOR, nº 2162, 02/01/1884).

Na imprensa local, o adversário mais combativo foi o jornal *O Despertador*, que não perdia a oportunidade de desferir ferozes críticas, incitando a própria polícia a reagir contra os festejos:

A polícia deve tomar a sério tão grave desacato, responsabilizar o seu autor ou autores, que arrogando-se atribuições autoritárias, e antepondo-se a polícia, humilharam-na, infringiram a lei e afrontaram as sociedades, quebrando-lhes em plena rua as imunidades que têm. (O DESPERTADOR, nº 1975, 22/02/1882).

Os periódicos também divulgavam os editais da repartição de polícia, contendo as normativas das posturas municipais que reprimiam o jogo do entrudo e a venda de artefatos como os limões de cheiro. Um exemplo é o edital publicado no *Jornal do Commercio* regulando os festejos:

De ordem de S. Ex. o Sr. Dr. Chefe de Polícia, se faz público que, pelo artigo 100 §§ 5 e 6 do Código de Posturas da Câmara Municipal desta capital, é proibido fabricar, vender, usar ou atirar laranjinhas, ou os chamados limões de cheiro, pelo entrudo, bem como usar deste jogo, qualquer que seja a substância empregada, e que os infratores destas disposições legais incorrerão na multa de 5\$000 cada um, conforme o artigo 103 do aludido código. (JORNAL DO COMMERCIO, nº 272, 20/01/1888).

Entretanto, apesar do cerco incansável, no final do século XIX, ainda praticava-se o festejo na cidade: “O entrudo, esse sim, esteve violento em alguns pontos da cidade, elevando os cascudos à altura de um princípio.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 295, 16/02/1893). Ora, o divertimento era uma prática extremamente difundida em todo o país, entranhada nas usanças do povo brasileiro e acessível às camadas mais pobres da população que resistiam à sofisticação dispendiosa do novo carnaval, imposto pelas elites. Esses elementos por si só justificavam sua permanência como folguedo carnavalesco e dificultavam seu desaparecimento.

Cabral sustenta que “o entrudo só desapareceu quando novos elementos foram trazidos ao carnaval. Pelo próprio povo, sem pressão das autoridades e limitação das Posturas.” (CABRAL, 1971, p. 235). Por isso, apesar das legislações que o proibiam, multavam e castigavam os infratores e de toda a campanha contrária ao seu uso, o festejo somente deixou de existir em Desterro e nas demais cidades brasileiras a partir das primeiras décadas do século XX. Durante cerca de trezentos anos ele reinou no período carnavalesco.

4.2 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS DESTERRENSES

Em Desterro, as sociedades carnavalescas foram criadas no final da década de 1850, sendo as mais antigas a Harmonia Carnavalesca, União Carnavalesca e Carnaval Desterrense, todas formadas no ano de 1858. A primeira referência a uma sociedade carnavalesca em Desterro aparece no anúncio publicado em 1858 pelo jornal *O Argos*, com o título de *Sociedade Carnavalesca*, no qual os integrantes da referida agremiação, cujo nome não é mencionado, avisavam que iriam percorrer as principais ruas da cidade e pediam aos moradores para não lançarem água sobre eles (O ARGOS, nº 248, 12/02/1858). Tratava-se de ranchos de mascarados que “elegantemente vestidos percorreram as ruas ao som de música marcial.” (O ARGOS, nº 250, 18/02/1858).

Dois dias depois, o mesmo jornal publicava o anúncio da sociedade União Carnavalesca solicitando o comparecimento dos convidados no dia seguinte, “21 do corrente às 10 horas da manhã na casa da rua da Cadeia⁶ nº 15, para se instalar a sociedade, aprovar-se os Estatutos e proceder-se a eleição da Diretoria.” (O ARGOS, nº 251, 20/02/1858). Passados três dias, o referido jornal anunciava a criação da sociedade União Carnavalesca com a

⁶ Atual Rua Tiradentes.

aprovação dos estatutos, a eleição e a posse de sua diretoria: “Domingo 21 do corrente pelas 10 horas da manhã, como estava anunciado, instalou-se com toda a pompa possível a dita sociedade, a qual se acha com o número de sócios completos: (60).” (O ARGOS, nº 252, 23/02/1858). Em outubro do mesmo ano, a sociedade Carnaval Desterrense convidava os associados para uma reunião em anúncio com os seguintes dizeres:

Por deliberação da Diretoria da Sociedade Carnaval Desterrense, convida-se a todos os Srs. sócios para as 4 horas da tarde do dia 27 do corrente reunirem-se em casa do Diretor Sr. Dr. Manuel Pinto Portella, a fim de preencher-se a vaga de secretario, e regularizar-se os festejos que devem ter lugar nos três dias de entrudo. (O ARGOS, nº 356, 26/10/1858).

No ano seguinte, a referida sociedade foi novamente mencionada, desta vez pelo jornal *O Cruzeiro do Sul*, o qual ressalta que a agremiação

deve ter sido fundada em 1858, não possuindo eu qualquer referência anterior a essa data, nem de outro clube que lhe fosse mais antigo. Era clube de gente grã-fina, dirigida por um médico, um deputado, oficiais de marinha e exército – e se vinha á rua era para ver se podia introduzir novos rumos aos folguedos populares, numa tentativa de impor seus gostos e não o de acompanhar a tradição. Seus bailes como de outras sociedades dançantes, reunia a alta roda e realizavam-se, em geral, no Quartel do Campo do Manejo. Em 1859, não podendo, não sei por que motivo, ali realizá-los, o Presidente da Província espontaneamente ofereceu á diretoria o próprio Palácio do Governo, tendo sido aceito o oferecimento e nele realizados os bailes. (O CRUZEIRO DO SUL, nº 99, 03/03/1859).

Colaço (1988) considera a sociedade Carnaval Desterrense a pioneira das agremiações. Porém, independente de ordem cronológica e data de fundação, a partir de 1858 e durante as décadas seguintes as sociedades se multiplicaram e fizeram o carnaval desterreense. De outra forma, tiveram grande importância na transformação deste carnaval e foram imprescindíveis na luta contra o entrudo.

Algumas agremiações tiveram uma existência breve, não sobreviveram ao primeiro carnaval. Outras se fundiram, adotaram uma nova denominação e continuaram animando os dias de folia. Poucas permaneceram em vigor durante mais de cinco anos e nem todas promoveram eventos em anos consecutivos. O fato é que havia uma grande irregularidade na atuação das sociedades carnavalescas⁷.

A figura 5 é uma representação das entidades carnavalescas Bons Archanjos e Diabo a Quatro feita pelo caricaturista Joaquim Margarida e publicada na edição nº 4 do jornal

⁷ A lista com os nomes das sociedades carnavalescas referenciadas nos jornais e periódicos pesquisados encontra-se no apêndice B.

Matraca, em 11/02/1888. As duas agremiações atuaram no carnaval desterreense durante o mesmo período, entre os anos de 1879 e 1891, sendo as mais duradouras entre suas congêneres.



Figura 6 - Gravura das sociedades carnavalescas Bons Archanjos e Diabo a Quatro. Fonte: Jornal *Matraca*, nº 04, 11/02/1888. Disponível no acervo de jornais e periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

É importante destacar que, na época, a chuva e as ventanias fortes prejudicavam os eventos carnavalescos, pois as ruas irregulares e mal conservadas da cidade ficavam intransitáveis. Nessas ocasiões, os moradores evitavam deixar suas casas e as sociedades nem sempre se arriscavam a realizar seus préstitos temendo acidentes com os associados e carros alegóricos. Sem a presença das agremiações não havia carnaval para a população. A imprensa lastimava a falta de cooperação climática e a ausência dos festejos, esperados ansiosamente: “Começou a toldar-se o céu de nuvens espessas e a cair chuviscos que borrifavam os transeuntes que recolhiam-se às suas casas com medo da constipação, e tristes pelo mau tempo que vinha roubar-lhes algumas horas de agradável passatempo.” (A REGENERAÇÃO, nº 48, 28/02/1884). Entretanto, restava a esperança que, no dia seguinte, o sol voltasse a brilhar e as festividades transcorressem normalmente.

4.2.1 A estrutura das sociedades e a organização do carnaval

Instituições bem estruturadas, as entidades carnavalescas funcionavam a partir de uma diretoria de associados eleita anualmente e formada por membros proeminentes da sociedade local, que desempenhavam as funções de diretor, vice-diretor, tesoureiro, secretário e procurador (O CRUZEIRO, nº 191, 04/03/1860). Para eleger sua diretoria, as agremiações publicavam nos jornais, antecipadamente, a convocação dos sócios para a eleição, como no anúncio convidando os integrantes da sociedade Filhos de Minerva a comparecerem ao “theatro Álvaro de Carvalho, às duas horas da tarde de domingo, 19 do corrente, a fim de eleger-se a nova diretoria.” (O ESTADO, nº 278, 18/02/1899).

Finda a eleição, divulgavam o resultado, empossavam a nova diretoria e a homenageavam realizando festividades para as quais conclamavam a presença de seus associados. O periódico *O Despertador* noticiou, após a eleição das diretorias de duas entidades desterrenses, que

à tarde, as referidas sociedades fizeram uma passeata pelas ruas da cidade, sendo a *Diabo a Quatro* precedida da banda de música da sociedade *Guarany*, e a *Bons Archanjos* da banda da sociedade *Philharmonica Commercial*, em cujo trajeto deram entusiásticos vivas. (O DESPERTADOR, nº 2071, 14/02/1883).

Entre seus dirigentes destacam-se nomes como Manoel Pinto Portela, diretor da sociedade Carnaval Desterrense em 1858 (ARGOS, nº 356, 26/10/1858) e 1859 (O CRUZEIRO DO SUL, nº 102, 24/03/1859). Portela foi médico do Hospital de Caridade do Desterro (1854) e cirurgião-mor da Guarda Nacional do Desterro (PIAZZA, 1985).

Na sociedade Diabo a Quatro sobressaem-se o comerciante Germano Wendhausen e o teatrólogo Juvêncio Martins Costa. Wendhausen acumulou as funções de 1º procurador em 1882 (O DESPERTADOR, nº 1977, 01/03/1882), 1º vice-diretor em 1884 (O DESPERTADOR, nº 2178, 05/03/1884) e diretor em 1885 (O DESPERTADOR, nº 2278, 25/02/1885), 1887 (JORNAL DO COMMERCIO, nº 8, 01/03/1887) e 1888 (MATRACA, nº 1, 26/02/1888). Foi tenente-quartel mestre do 1º Batalhão de Artilharia (1881), deputado provincial (1888-1889), provedor da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, abolicionista e membro do Partido Republicano (PIAZZA, 1985).

Juvêncio Costa atuou como 1º e 2º secretário da agremiação nos anos de 1881 (JORNAL DO COMMERCIO, nº 52, 08/03/1881) e 1882 (O DESPERTADOR, nº 1977, 01/03/1882). Foi redator do jornal *A Regeneração*, patrono da Academia Catarinense de

Letras e integrou a diretoria da Sociedade Dramática Fênix Catarinense, em 1868 (PIAZZA, 1985).

Raulino Júlio Adolfo Horn, pela sociedade Bons Archanjos, exerceu o cargo de 2º vice-diretor em 1885 (O DESPERTADOR, nº 2278, 25/02/1885) e de diretor em 1890 (JORNAL DO COMMERCIO, nº 6, 25/02/1890). Atuou como chefe do Governo Provincial, Presidente do Congresso, fundador e presidente do Partido Republicano e do Clube Abolicionista no Desterro e redator do jornal *Gazeta do Sul* (PIAZZA, 1985).

Quanto aos demais associados, não existem informações nos jornais sobre suas identidades, nem documentos contendo nomes e dados pessoais que possam identificá-los. Sabe-se que as agremiações eram “compostas de moços entusiastas do que é novo e bom.” (A REGENERAÇÃO, nº 47, 26/02/1884), de ambos os sexos, pois, os desfiles contavam também com a presença de “sócias lindamente vestidas.” (O CONSERVADOR, nº 51, 08/02/1886) e que as sociedades carnavalescas Diabo a Quatro e Bons Archanjos eram formadas, “na sua maior parte, de jovens empregados no comércio.” (O DESPERTADOR, nº 1767, 14/02/1880).

No entanto, o fato é que as agremiações pertenciam a uma elite e, por conseguinte, acessíveis somente a um pequeno grupo privilegiado. Tanto o carnaval de clube quanto o carnaval de rua restringiam-se aos associados e convidados das classes abastadas, pois as entidades promoviam eventos dispendiosos e precisavam arrecadar somas consideráveis para fazer frente aos seus gastos. A população era a platéia que legitimava os eventos, limitando-se a assistir aos préstitos.

Os sócios participavam das festividades mediante o pagamento, durante o ano, de prestações mensais fixadas pela diretoria da agremiação. O atraso era cobrado rigorosamente e a inadimplência das mensalidades poderia acarretar a demissão do devedor, como no anúncio alertando: “Os Srs. que ainda não satisfizeram a importância da respectiva quota, ficam eliminados da relação dos sócios.” (O MERCANTIL, nº 709, 20/02/1868).

A diretoria e os associados reuniam-se em sessões para deliberar sobre assuntos relacionados, entre outros, com a admissão de novos membros, pagamento e cobrança de mensalidades, prestação de contas, eleição da diretoria. Um exemplo é o anúncio da sociedade Recreio Carnavalesco no qual convida os sócios a se reunirem em “Assembléia Geral, às 4 horas da tarde, no Hotel da Rua do Príncipe⁸ n.º 6 não só para a eleição de um Vice-Diretor,

⁸ Atualmente Rua Hoepke.

como para tratar-se do Programa dos festejos que deverão haver.” (O MERCANTIL, nº 6, 20/01/1861).

A atuação das agremiações concentrava-se nos meses de janeiro, fevereiro e março quando organizavam os preparativos para o carnaval, confeccionavam os programas de divertimentos ou programas dos festejos e regulamentos, documentos que estabeleciam um conjunto de regras para normatizar os desfiles, os bailes e a conduta dos sócios durante os festejos. Estes documentos eram publicados nos jornais, com antecedência, de modo a preparar o espírito de seus membros, e comprovavam a organização e eficiência das agremiações.

Os programas dos festejos continham o roteiro completo para os três dias de folia. Especificavam os horários e o itinerário dos desfiles, o ponto de reunião, o figurino dos associados, a ordem de apresentação dos carros alegóricos e o que representavam. A sociedade dos Democratas, por exemplo, apresentou seu programa de desfiles com o itinerário a ser percorrido pelos sócios nos três dias do carnaval de 1873. A cada vez o préstito seguia um trajeto diferente, partindo sempre do mesmo ponto de reunião, uma casa na Rua Augusta, com horário marcado para as 16 horas. Na terça-feira, por exemplo, o bando de foliões seguiria pela Rua da Lapa e, durante um longo e demorado percurso, entraria na Rua dos Artigos Bélicos, passando pelo Largo do Palácio de onde subiria a Rua Áurea até a Santa Izabel, descendo pela Trindade e entrando na Carioca, atravessaria a Palma descendo pela Rua do Imperador até a Praça, passaria em frente ao Palácio para finalizar o desfile, recolhendo-se à casa da Rua Augusta⁹ (A REGENERAÇÃO, nº 453, 20/02/1873).

Os documentos também continham instruções sobre a participação de serviços e crianças nos bailes das agremiações. Aos primeiros não era permitido o ingresso: “Os criados e criadas não são admitidas.” (O MERCANTIL, nº 204, 15/01/1863). Eles ficavam à porta dos clubes aguardando a saída dos patrões. Em relação às crianças os estatutos eram mais liberais e proibiam somente a entrada de “crianças menores de 10 anos.” (O DESPERTADOR, nº 5, 30/01/1863).

De mesma forma, orientavam os sócios quanto ao recebimento das senhas reconhecidas pela polícia e dos distintivos, sem os quais não poderiam participar das festividades. Aos mascarados que frequentavam os bailes recomendavam sua apresentação ao

⁹ Antigos nomes das ruas Nunes Machado, Victor Meirelles, Praça XV de Novembro, dos Ilheús, Artista Bittencourt, Arcipreste Paiva, Largo Fagundes, Álvaro de Carvalho, Tenente Silveira e João Pinto, respectivamente.

sócio reconhecedor para a identificação de suas pessoas. Um exemplo é o programa dos festejos da sociedade Carnaval Desterrense, publicado no jornal *O Argos*:

A Diretoria em cada um dos três dias distribuirá uma senha ou sinal reconhecido pela Polícia, não só para o sócio ser reconhecido de dia, como de noite ao entrar e sair do baile, e não se confundir com qualquer outro mascarado se for encontrado pela Polícia. (O ARGOS, nº 405, 17/02/1859).

Os regulamentos continham restrições a comportamentos considerados impróprios, exigiam dos associados o respeito pelos demais foliões e determinavam as normas de como proceder nos eventos. Pode se observar essa preocupação no programa dos festejos, desta vez da sociedade União Carnavalesca, divulgado pelo jornal *O Mercantil*:

Durante as digressões da sociedade só é permitido aos Srs. Sócios executarem quaisquer danças e cantorias que não ofendam a moral pública, ofertar Poesias, doces, flores, frutas ou qualquer outro objeto delicado e dirigir palavras honestas a quem lhe aprover. Serão sempre precedidos de uma banda de música. (O MERCANTIL, nº 11, 05/02/1861).

As sociedades eram prestigiadas por poetas, escritores, compositores, que lhes dedicavam poemas, crônicas e peças musicais. Tal prática pode ser observada na nota de agradecimento publicada pela sociedade Recreio Carnavalesco e dirigida ao poeta catarinense José Cândido de Lacerda Coutinho “pelas três Poesias de sua composição, que lhe ofertou.” (O ARGOS, nº 559, 21/02/1860).

A exemplo do Rio de Janeiro, as agremiações desterrenses também publicavam seus pufes ou panfletos poéticos onde exaltavam a qualidade do carnaval realizado e convidavam sócios e população a prestigiarem seus eventos carnavalescos. Nos desfiles, carros alegóricos conduziam os distribuidores de “congratulações poéticas” da sociedade (O CRUZEIRO DO SUL, nº 182, 29/01/1860) e ranchos de mascarados ofertavam “poesias às belas” que os assistiam desfilar (O ARGOS, nº 414, 11/03/1859).

A figura 5 mostra um panfleto divulgado pela sociedade Diabo a Quatro convocando os sócios para uma reunião onde devem receber seus distintivos sociais. Aos inadimplentes o recado para quitar suas mensalidades O texto é escrito de forma bem humorada, uma característica dos pufes carnavalescos.



D. Q.

S. C. DIABO A QUATRO

Urbi et Orbi!

(Deixai passar o latinorum.)

Os rufos desesperados do *Zé Pereira* já se fizeram ouvir; os dias da grande loucura aproximam-se a passos de gigante; *Momo*, faz caretas de horrorisar; os tolos, riem-se sem saber de que; e nós os diabolicos filhos de Plutão, rimo-nos de todos elles...

Não vos espanteis: este preambulo tem por fim prevenir a vós todos, que tendes entrada na CAVERNA, e que ella vos será vedada se não vos entenderdes directamente com o irmão — *Guarda cobres*.

Rapaziada!... *bacalhau não é toucinho*, e portanto, determina o homem das *barbas brancas*, o pai dos filhos de Plutão, que todos os *Diabos a Quatro* se reunam domingo, 17 do corrente ás 11 horas da manhã, na nossa *Caverna Izabelina*, afim de receberem os distinctivos sociaes, e... disse!

O secretario *ad hoc*,

Lucifer tonante.

Figura 7 - Pufe da Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro. Fonte: *Jornal do Commercio*, nº 36, 12/02/1884. Disponível no acervo de jornais e periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Uma característica interessante que se depreende das referências impressas é a boa relação que as diretorias das sociedades mantinham entre si durante os festejos carnavalescos, apesar dos associados rivalizarem na organização desses festejos e disputarem a preferência da população, responsável pela eleição da melhor agremiação a desfilar em cada carnaval. Um exemplo é a nota divulgando que,

no domingo, á tarde, a sociedade carnavalesca *Bons Archanjos*, depois de haver cumprimentado sua co-irmã *Diabo a Quatro*, percorreu diversas ruas da capital, precedida da distinta sociedade *Philarmonica Commercial*. Semelhante ato é uma prova de que as duas sociedades mantêm as mais estreitas relações de amizade. Nem

era esperar outro procedimento da mocidade catarinense. (A REGENERAÇÃO, nº 17, 05/03/1882).

Esse clima de camaradagem era cultivado pelas diretorias, que ofereciam festas, bailes e saraus às suas co-irmãs, realizados num ambiente de cordialidade e respeito, e contava com o incentivo e a divulgação da imprensa.

4.2.2 O movimento abolicionista e a discriminação racial

É importante enfatizar a participação das sociedades em outras atividades, que não apenas a realização dos festejos carnavalescos. Segundo Queiroz,

as funções política, filantrópica, cultural também eram importantes: algumas participavam dos movimentos para a abolição da escravidão, outras se voltavam para a propaganda republicana; todas enviavam uma parcela dos lucros para instituições de caridade. (QUEIROZ, 1999, p. 52).

Em Desterro, como em outras cidades brasileiras, verificou-se o envolvimento das entidades em movimentos políticos e causas humanitárias. As sociedades carnavalescas Silenciosos, Bons Archanjos, Grupo dos Críticos e, notadamente, a Diabo a Quatro, abraçaram a campanha abolicionista e trabalharam efetivamente em prol da libertação dos escravos.

A sociedade Diabo a Quatro, mais atuante, sobressaiu-se graças aos esforços de seus membros, vários deles integrantes do Clube Abolicionista, os quais angariavam fundos para a compra de cartas de alforria distribuídas nas sessões solenes realizadas em repartições públicas municipais, e para as quais convidavam autoridades, entidades carnavalescas, corporações e toda a população desterrense, sem distinção de classe. Nas solenidades, oradores entusiastas do movimento proferiam discursos inflamados contra a escravidão.

O engajamento dessa agremiação pode ser constatado nos jornais locais, que acompanhavam e divulgavam suas atividades abolicionistas. É o caso do anúncio publicado com o título de Festa Abolicionista:

Sobem já a quarenta o número das cartas de liberdade, que serão entregues pela briosos sociedade Diabo a Quatro, na sua festa abolicionista, que terá lugar 5ª feira, 2 de fevereiro, no paço da Câmara Municipal desta Capital. (A REGENERAÇÃO, nº 22, 31/01/1888).

Outro exemplo é o apelo da referida entidade, publicado pelo mesmo jornal, dirigido aos senhores de escravos para

concederem liberdade em nome da honra e do caráter desses mesmos Senhores aos seus escravizados até esse dia, a fim de ser-nos possível anunciar, como num estandarte de Gloria e de triunfo: a capital está de tão degradante e vergonhosa instituição. (A REGENERAÇÃO, nº 22, 31/01/1888).

Tantos serviços a sociedade Diabo a Quatro prestou à causa abolicionista, que se tornou a líder entre suas co-irmãs, chegando mesmo a receber o título de Benemérita outorgado pela Câmara Municipal de Desterro (JORNAL DO COMMERCIO, nº 17, 12/03/1889; POLYANTHEA, nº 3, 17/03/1889).

Contudo, ao mesmo tempo em que as agremiações desterrenses defendiam o movimento, não permitiam aos negros escravos integrarem seus quadros de associados. Eles eram excluídos dos festejos e deles participavam apenas como expectadores, assistindo aos préstitos, segregados por uma sociedade branca que não lhes permitia nenhum tipo de integração. As entidades carnavalescas empunhavam a bandeira abolicionista, mas reiteravam a intolerância e a discriminação dominantes em Desterro, onde as posturas municipais restringiam os movimentos dos escravos negros, delimitando sua circulação pela cidade com a preocupação básica de proibir a reunião ou ajuntamento desses indivíduos para quaisquer manifestações (CARDOSO; MORTARI, 2000, p. 88).

Além disso, os escravos foram proibidos de usar máscaras durante o período carnavalesco a partir de 1879, por determinação do Edital de Polícia publicado pela imprensa, o qual avisava que “não se passará licença a escravos, suspeitos à polícia.” (O DESPERTADOR, nº 595, 15/02/1879). Mesmo depois de libertos, os ex-escravos continuaram vítimas do preconceito racial e da segregação social e sua integração na sociedade branca demorou o suficiente para que houvesse um “retardamento da influência negra (música e dança), no carnaval desterrense.” (COLAÇO, 1988, p. 201), que permaneceu dentro dos moldes europeus até o início do século XX. Infelizmente, não se tem notícia do ingresso de escravos libertos em alguma entidade carnavalesca da cidade.

Com estas características, as sociedades desterrenses chegaram ao final do século XIX em plena atividade, promovendo os carnavais da cidade, e no ano de 1900 ainda continuavam prestigiadas pela população e imprensa.

4.3 A MÚSICA NAS SOCIEDADES

Entre os eventos promovidos pelas agremiações desterrenses destacavam-se os préstitos e os bailes carnavalescos. Em ambos os festejos pode-se observar a presença marcante da música, um dos “principais elementos envolvidos na comunicação carnavalesca.” (ARAUJO, 1980, p. 30). Essa presença dava-se através da participação de bandas e orquestras, de compositores e maestros, bem como da vivência de um repertório escrito para o carnaval.

Segundo Cabral, a música da época, segunda metade do século XIX, “era sempre a tradicional, barulhenta, estridente, dos Zés Pereiras ensurdecadoras [sic].” (CABRAL, 1951, p. 30). Entretanto, essa generalização apresentada pelo historiador não corresponde às referências encontradas nos jornais e periódicos do mesmo período, que se excediam nos elogios à qualidade das orquestras e bandas musicais, às “notas harmoniosas da música alegre.” (A REGENERAÇÃO, nº 14, 23/02/1882) que soava das “lindíssimas peças de seus repertórios.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 51, 01/03/1884).

As sociedades carnavalescas não dispunham de grupos musicais que pudessem acompanhá-las nos préstitos e tocassem nos bailes. Por isso, seus eventos contavam com a participação das bandas de associações musicais, corporações militares e orquestras. Um exemplo dessa prática pode ser encontrado na notícia sobre os desfiles de duas sociedades, onde a primeira delas era precedida pela “banda de música do batalhão 17 de infantaria [enquanto que a segunda] levava à sua frente a excelente banda de música da sociedade *Amor à Arte*.” (O DESPERTADOR, nº 1767, 14/02/1884).

Dentre as bandas civis encontram-se, além da Sociedade Musical Amor à Arte, várias referências à participação das agremiações União Artística, Philharmonica Commercial, Trajano, Guarany, Igualdade e Fraternidade, e entre as militares, a já citada 17º Batalhão de Infantaria juntamente com o 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional.

Em crônica sobre o desfile da sociedade dos Democratas verifica-se que foi acompanhado pela “banda de música do artista Angelo Abbade.” (A REGENERAÇÃO, nº 550, 12/02/1874). Da notícia pode-se deduzir a existência de agrupamentos musicais particulares na cidade. Esta possibilidade é reforçada na nota sobre o préstito da sociedade Diabo a Quatro, precedido por “uma banda de música particular.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 41, 21/02/1882).

Na época, as bandas eram formadas por instrumentos de sopro e percussão. Pires, ao referir-se à formação das bandas afirma que “no século XIX ocorreram as últimas transformações nas bandas militares, com as descobertas instrumentais da família dos sax-horns e a dos saxofones que mudaram definitivamente a estrutura das bandas.” (PIRES, 2008, p. 16). Segundo Téó, as bandas militares executavam um repertório condizente com a sua formação instrumental que, no século XIX, se compunha de

instrumentos de sopro e algumas percussões (bombo, prato, tarol, caixa cara e caixa surda). Nos sopros, constavam o trombone, trompete (também chamado de piston), clarinete, requinta, flautim, flauta, bugles, bombardino e bombardino barítono, sax alto, tenor e soprano, sax-horn (chamado às vezes de *centro*), tuba, entre outros. (TÉO, 2007, p. 129).

Porém, nos jornais pesquisados, não há referências específicas à formação das bandas civis e militares que tocavam nas festividades. As informações referem-se aos instrumentos usados nos eventos carnavalescos: clarim, flauta, rabeca, harpa, zabumba, caixa, bombo, pandeiro, entre outros. Um exemplo é a notícia sobre o desfile da sociedade Bons Archanjos, dando conta que em um dos carros alegóricos havia “diversas figuras vivas entre as quais duas executavam na flauta e na rabeca uma melodia arrebatadora.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 292, 16/02/1888) ou a alusão a uma “banda de clarins.” (REPUBLICA, nº 38, 16/02/1899) abrindo o préstito da sociedade Guarany, que naquele ano desfilou acompanhada de três grupos musicais.

Os instrumentos de percussão também foram referenciados nos jornais. No préstito da sociedade Diabo a Quatro, a banda musical Igualdade e Fraternidade alternou peças musicais com “a barulhada do grupo de tambores.” (REPUBLICA, nº 359, 12/02/1891) e o Zé-pereira da sociedade Bons Archanjos desfilou “ao som de zabumbas e caixas.” (O DESPERTADOR, nº 1761, 24/01/1880).

Igualmente, a participação de músicos locais nos festejos carnavalescos foi contemplada pelos periódicos, que destacavam sua atuação como compositores, escrevendo peças musicais a serem executadas nos eventos, e como maestros, conduzindo e regendo as bandas e orquestras. Pode-se observar essa atuação no aviso comunicando que o bando da sociedade União Artística iria percorrer algumas ruas da cidade “executando a linda polca União Artística.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 40, 19/02/1882), escrita pelo maestro, compositor e professor de música Manuel Luiz de Miranda. Esses maestros e compositores atuavam como professores de música, formavam e dirigiam suas próprias bandas musicais,

organizavam bandas nas corporações militares e participavam dos desfiles e bailes carnavalescos.

Entre os compositores e maestros da época sobressaem-se o mestre João Augusto Penedo (1849-1923), compositor, professor e maestro da sociedade Musical Trajano (JORNAL DO COMMERCIO, nº 24, 02/02/1883), organizador da Banda de Música da Força Pública (SCHNEIDER, 2011, p. 56), além de outras sociedades musicais, cuja fotografia encontra-se na figura 8.



Figura 8 – Fotografia do Mestre João Augusto Penedo, organizador da Banda de Música da Força Pública. Fonte: Blogspot. Disponível em: <<http://roberto-menezes.blogspot.com/2010/06/registros-fotograficos-historicos-da.html>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

Francisco Luiz dos Santos Barbosa (1848-1892), professor, compositor (JORNAL DO COMMERCIO, nº 287, 09/02/1888) e maestro (A REGENERAÇÃO, nº 33, 14/02/1888), autor de polcas carnavalescas como *O futuro dirá*.

O maestro Manuel Luiz de Miranda, professor da banda de música da Sociedade Lyra Artística Catharinense, compositor da polca *Diabo a Quatro* (O DESPERTADOR, nº 187, 26/02/1881), entre outras peças carnavalescas.

Alberto Richter (1858-1871), compositor (O ARGOS, nº 548, 26/01/1860), seresteiro e maestro que “tinha na Capital a sua afinada banda de música.” (CABRAL, 1951, p. 29).

José Brasilício de Souza (1854-1910), maestro e compositor, associado à sociedade Diabo a Quatro e autor de seu hino (O DESPERTADOR, nº 2112, 11/07/1883), o qual se dedicou, em Desterro, “ao ensino da música, à sua difusão e ao seu cultivo na mais alta expressão, através da Sociedade Euterpe.” (CABRAL, 1951, p. 17).

Segundo Cabral, os maestros muito contribuíram para o enriquecimento dos repertórios das bandas que, “em geral, eram constituídos de composições de seus regentes e dos seus próprios músicos.” (CABRAL, 1951, p. 39). Os jornais confirmam essa prática com notícias sobre várias composições carnavalescas escritas pelos maestros locais.

4.3.1 A questão do repertório carnavalesco

No século XIX ainda não existiam os gêneros musicais próprios do carnaval, “não entráramos ainda no ciclo das marchinhas e maxixes carnavalescos.” (CABRAL, 1951, p. 30). O repertório usado nessas ocasiões se compunha de marchas, valsas, polcas, mazurcas, quadrilhas, *schottischs*, gêneros musicais importados da Europa (TINHORÃO, 1998, p. 182), o que vem confirmar o caráter elitista das festividades realizadas pelas sociedades carnavalescas da época. Pode-se observar essa prática na crônica sobre o baile à fantasia promovido pelo Grupo Estrella D’Alva, composto de senhoras da sociedade desterrense, ressaltando que a festa “correu animadíssima entre polcas, mazurcas, quadrilhas, etc., até as 4 horas da manhã.” (REPUBLICA, nº 37, 14/02/1899).

Esses gêneros musicais ou “danças de salão” (CASTAGNA, 2003a, p. 1), originários de diferentes países europeus, eram igualmente tocados nos festejos carnavalescos e nos bailes, retretas domingueiras e demais eventos que aconteciam na cidade durante o ano. Entre eles, sobressaíam-se as polcas, quadrilhas e valsas, os mais citados nos jornais, tanto tocados nos bailes e desfiles quanto utilizados nas composições carnavalescas.

A polca é uma dança do século XIX, “em compasso binário, 2/4, andamento alegre, originária da Boêmia.” (ANDRADE apud CATAGNA, 2003a, p. 5). No Brasil, logo se popularizou, sendo tocada pelas “grandes sociedades carnavalescas.” (ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA, 1977, p. 619) e, para Tinhorão, “é o primeiro gênero de música carnavalesca de salão do Brasil.” (TINHORÃO, 1991, p. 113). Segundo se depreende dos jornais, a polca constituía o gênero musical mais usado pelos compositores desterrenses em suas peças para o carnaval.

A quadrilha ou contradança, originária da França, é também uma dança de salão do século XIX e “compõe-se de cinco números de dança, todos em compasso binário, andamento *allegretto*.” (VIEIRA apud CASTAGNA, 2003a, p. 3). Em Desterro, os pares dançavam várias quadrilhas nos bailes carnavalescos, como mostram as notas dos jornais: “Às 10 horas dançou-se a primeira quadrilha.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 49, 28/02/1884); “Antes de começar-se a quarta quadrilha.” (A REGENERAÇÃO, nº 38, 21/02/1888); “Às cinco horas da manhã terminou a última quadrilha.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 292, 16/02/1888).

A valsa é uma dança “de pares independentes e entrelaçados, originária da Áustria.” (ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA, 1977, p. 271). Muito popular no século XIX, “inicialmente foi uma dança lenta em compasso ternário, mas a partir de 1870 ou pouco antes surgiu uma modalidade rápida, popularizada por Josef Lanner e Johann Strauss.” (CASTAGNA, 2003a, p. 7). De acordo com os jornais, a valsa, assim como a polca, inspirava os compositores desterrenses a escreverem suas peças musicais. Era tocada nos bailes da cidade e as crônicas carnavalescas a descreviam de forma poética: “na valsa vertiginosa, febricitante, dois corpos se enlaçam.” (A REGENERAÇÃO, nº 14, 23/02/1882).

Não obstante a utilização de gêneros musicais estrangeiros fazia-se música para ser executada no carnaval e, através deste entendimento, pode-se sugerir a existência de um repertório carnavalesco em Desterro.

Na cidade, à época, era comum a prática de presentear as sociedades com peças musicais, para serem ensaiadas e tocadas em seus desfiles e bailes. A imprensa divulgava os compositores, gêneros, títulos e os homenageados, como na notícia sobre as três composições dedicadas à sociedade Bons Archanjos: as polcas *O futuro dirá*, de Francisco Barbosa e *Quem tiver garrafas vazias, encha-as*, de João A. Penedo, e a valsa *Mercedes*, do diletante Pedro Jorge de Campos (JORNAL DO COMMERCIO, nº 287, 09/02/1888). Outro exemplo é o anúncio onde o jornal noticia que,

a sociedade musical *Trajano*, ensaia duas lindíssimas valsas intituladas: *As saudades tuas* e o *Esqueleto*; a primeira produção do simpático amador F. O. do Livramento, distinto sócio daquela sociedade, e a segunda, do Sr. João A. Penedo, festejado mestre da mesma. Tão belas produções, serão oferecidas à sociedade *Bons Archanjos*, e executadas por ocasião dos festivais carnavalescos que a mesma pretende realizar. (JORNAL DO COMMERCIO, nº 24, 02/02/1883).

Um Delicado Presente é o título da nota divulgando a entrega de onze peças musicais oferecidas por Francisco de Carvalho Salomé Pereira, correspondente do jornal em Santos-SP, à benemérita sociedade Diabo a Quatro, que as repassou à banda musical União Artística para serem instrumentadas e executadas no bando ou nos bailes carnavalescos da referida sociedade. O jornal relacionou o título, o gênero e o compositor de cada uma das peças:

Princesa flor de Maio, quadrilha, por Abdon Milanez
O Moleiro d'Alcalá, quadrilha, por Miguel A. de Vasconcellos
O Galo de Ouro (Serment d'Amour), por Dansart
Baptista Machado, polca, por Julio C. L. Reis
La Neige, valsa, por O. Metra
Amor Molhado (Ópera de Varney), valsa, por Arthur Camillo
Elizabeth, schottischs, por A. Wallerstein
Schottischs, por J. Padeloup
Bela Fluminense, mazurca, por Abdon Milanez
Princesa flor de Maio, mazurca, por Abdon Milanez. (A REGENERAÇÃO, nº 7, 12/01/1888).

Músicos amadores também escreviam composições musicais e as ofereciam às sociedades de sua predileção. É o caso da valsa *Agonia do Deus Momo* escrita pelo compositor desterrense João Francisco Izetti e “dedicada à distinta sociedade carnavalesca Bons Archanjos para ser executada no enterro dos ossos da mesma sociedade pela banda musical *Philharmonica Commercial*.” (A REGENERAÇÃO, nº 8, 01/02/1883).

O desempenho das bandas e a qualidade do repertório eram elogiados pelos cronistas carnavalescos, como na referência ao préstito da sociedade Companheiros do Silêncio, cuja banda de música “tocou sempre bonitas peças.” (MATRACA, nº 8, 19/02/1888).

Vale destacar que a primeira peça a fazer sucesso no carnaval data de 1869 e, segundo Valença, foi

uma paródia da cançoneta francesa *Les Pompiers de Nanterre*, cantada pelo ator Francisco Correa Vasques na cena cômica “Zé-Pereira Carnavalesco”, apresentada no Teatro Fênix Dramática na noite de 3 de julho de 1869. A adaptação obteve grande sucesso popular e a cada ano era repetida por orquestras, bandas e coros de foliões entusiasmados. (VALENÇA, 1996, p. 78).

Em Desterro, os jornais fazem referência à peça *Zé-pereira*, cantada e tocada pelos bandos que percorriam a cidade durante os dias de folia, como na excursão dos Bons Archanjos acompanhada “pelo som da imortal polca *Zé Pereira*, tocada em caixas e bombos.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 29, 07/02/1886).

A participação de compositores e grupos musicais nos festejos carnavalescos bem como a existência de peças escritas para estes festejos são manifestações inequívocas da presença marcante da música no carnaval desterrense.

4.3.2 A música dos grupos carnavalescos nas ruas de Desterro

Na cidade, o carnaval de rua compreendia tanto as manifestações individuais de mascarados (JORNAL DO COMMERCIO, nº 36, 15/02/1885), de grupos avulsos de foliões (O ARGOS, nº 414, 11/03/1859) ou de grupos de associados das sociedades carnavalescas (O CONSERVADOR, nº 34, 11/02/1889), quanto os desfiles oficiais das referidas agremiações (MATRACA nº 8, 19/02/1888). A estes os jornais denominavam de préstitos carnavalescos, aos primeiros referem-se como máscaras, bandos, ranchos, passeatas, excursões, cavalgadas ou *Zé-pereiras* e, em ambas as manifestações, pode-se encontrar inúmeras referências sobre a música tocada pelas bandas, sobre os instrumentos, gêneros e peças musicais, compositores e maestros.

Os festejos carnavalescos eram abertos pelo tradicional *Zé-pereira*, uma brincadeira praticada pelos foliões que em bandos mascarados percorriam as ruas da cidade a pé, a cavalo ou em carros, com máscaras ou fantasias, fazendo enorme barulho com seus instrumentos percutidos, acompanhados ou não pela música das bandas, com danças e cantorias que não ofendessem a moral e os bons costumes. Era uma manifestação alegre, espirituosa que, segundo Severiano, surgiu no Rio de Janeiro graças a

José Nogueira de Azevedo Paredes, um sapateiro português, estava numa segunda-feira de carnaval, por volta de 1850, lembrando com alguns patrícios costumes da terrinha, como os desfiles de zabumbas nas festas de Braga e Viana do Castelo. De repente, talvez estimulado pelo vinho, *Zé Nogueira* propôs saírem todos pelo centro do Rio, onde tinha sua oficina na rua São José, tocando bombos e tambores. Então o desfile realizou-se com grande algazarra e muitos vivas a um tal *Zé Pereira* (que poderia ser o próprio *Zé Nogueira*), alcançando enorme sucesso e repetindo-se nos carnavais seguintes. (SEVERIANO, 2008, p. 24).

Tais desfiles faziam parte do calendário de eventos promovidos pelas sociedades desterrenses e constituíam um acontecimento integrado aos folguedos carnavalescos. Às vezes

saíam antes do carnaval, formados por “bandos com máscaras e música antecipando os festejos a serem realizados no dia seguinte.” (O CRUZEIRO DO SUL, nº 94, 10/02/1859), mas também podiam preceder os préstitos oficiais das agremiações, “o bando de máscaras sairá, acompanhado de música nas três tardes anteriores ao dia de cinza.” (O MERCANTIL, nº 212, 12/02/1863).

À exceção dos bandos noturnos, que incomodavam o sono dos moradores, e daqueles mais barulhentos batendo em latas de querosene e panelas, a manifestação de modo geral era apreciada pela população que se divertia com a animação dos foliões tocando suas “zabumbas e caixas num rufar diabólico, espalhando a alegria entre as crianças e a pacata burguesia, que ri a bandeiras despregadas.” (REPÚBLICA, nº 357, 09/02/1891), com as críticas que eles apresentavam e com a música das bandas, como no Zé-pereira guiado pela “banda União Artística, que abria a marcha.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 30, 05/02/1884).

Essas manifestações eram aguardadas pela população que logo cedo se preparava para assisti-las. Na Freguesia do Ribeirão da Ilha “às cinco horas servia-se o jantar e às sete e meia a sacada do sobrado estava repleta de gente para ver o boi, os jardineiros e os Zés-Pereiras [sic] que passavam.” (REPUBLICA, nº 852, 19/02/1893).

Os grupos podiam se apresentar como “ranchos de mascarados elegantemente vestidos [percorrendo] as ruas ao som de música marcial, que convidavam as famílias a chegarem às janelas e portas de suas habitações sem o menor receio.” (O ARGOS, nº 250, 18/02/1858), mas também improvisavam seus desfiles. Um exemplo é a notícia sobre uma cavalgada formada por conhecidos moradores de freguesias locais, dando conta que sua

entrada em Canasvieira [sic] foi triunfal; repiques de tachos velhos, rufos do tambor da folia do Espírito Santo, um machete, e duas meninas com pandeiros, formavam uma orquestra [que] executou as mais primorosas sinfonias [...] o auditório aplaude, repicam os sinos e a orquestra rompe no mais destemperado bitu. (O CONCILIADOR, nº 53, 06/03/1873).

Os préstitos oficiais, por sua vez, aconteciam durante os três dias de carnaval e constituíam o ponto alto do carnaval desterrense, prestigiados pela população, imprensa e autoridades locais, inclusive pelo presidente da província, que em 1860 “dignou-se assistir ao [desfile] da sociedade Carnaval Desterrense.” (O ARGOS, nº 559, 21/02/1860). Nos préstitos, as sociedades superavam-se, ano após ano, na beleza, criatividade e luxo dos carros alegóricos e fantasias e, da mesma forma, esmeravam-se nas críticas e sátiras que apresentavam e na música executada pelas bandas.

Os desfiles costumavam obedecer a uma ordem de apresentação. À frente do cortejo seguia a banda de música devidamente fantasiada, a pé ou a cavalo. Em seguida se posicionavam um cavaleiro levando o estandarte da sociedade e o responsável pela fiscalização do préstito. Mais atrás vinham os carros alegóricos. De acordo com o Programa de Divertimentos da sociedade Carnaval Desterrense, o primeiro desses carros conduzia homens e mulheres mascarados distribuindo as congratulações poéticas ou pufes da sociedade. O carro seguinte distribuía flores naturais e outros artefatos e o último deles, com quatro rodas e maior que os demais, transportava várias figuras fantasiadas. O préstito encerrava-se com um policial a cavalo (O CRUZEIRO DO SUL, nº 182, 29/02/1860).

No carnaval desterreense a presença dos chistes era indispensável aos préstitos das sociedades carnavalescas que não poupavam esforços para garantir o sucesso de seus carros de críticas junto à população, o que invariavelmente acontecia. Para a imprensa local “o carnaval é a crítica em ação, a crítica viva [...] O carnaval sem crítica, é como um clube sem palestra, um crítico sem espírito, uma frota sem bandeira.” (O DESPERTADOR, nº 1975, 22/02/1882).

Críticas a acontecimentos políticos, a fatos ocorridos na cidade e no Brasil e sátiras a personalidades locais e nacionais faziam a festa da população. Uma crônica carnavalesca ressaltou a criatividade do carro alegórico que conduzia “sete indivíduos de cabeças de burro, cada um sobraçando um [sic] pasta, tendo no centro a figura do chefe do estado, que os dirigia com uma varinha ou chibata.” (O DESPERTADOR, nº 2177, 01/03/1884), alusão explícita ao presidente da província e seus assessores.

Um elemento de grande importância nos préstitos eram os carros de mutação, verdadeiras obras de arte artesanais projetadas e construídas por sócios das agremiações, como os artistas José Gonçalves e Carlos Schmidt (JORNAL DO COMMERCIO, nº 294, 18/02/1888). Esses carros, ao se transformarem durante os desfiles, provocavam admiração e entusiasmo nos expectadores e na própria imprensa, a qual, referindo-se aos carros da sociedade Bons Archanjos, comentava que eram “tais e tão rápidas as mutações apresentadas que supomos ter na vanguarda um caleidoscópio sob a influência da lanterna mágica.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 57, 13/03/1886). Outro exemplo é o desfile da sociedade Guarany, em 1899, que trazia “Carros belíssimos com mutações à vasta [entre eles um] dourado vaso, ladeado por quatro belas rosas, e transformado de vez em quando, em vistoso chafariz.” (O ESTADO, nº 276, 16/02/1899).

A figura 9 mostra uma fotografia do préstito da Sociedade Carnavalesca Bons Archanjos, em 1886, tirada do encarte do LP *150 anos de alegria: carnaval da Ilha*, produzido pela Agência Propague em parceria com a UFSC, sem data especificada na capa, encarte e disco. Na imagem pode-se identificar a guarda de honra formada por um grupo de cavaleiros conduzindo o estandarte da agremiação.



Figura 9 - Fotografia do préstito da Sociedade Carnavalesca Bons Archanjos, no ano de 1886. Fonte: LP *150 anos de alegria: carnaval da Ilha* [s.d]. Disponível na Casa da Memória¹⁰.

Um dos últimos divertimentos programados pelas sociedades era o enterro simbólico do carnaval. O enterro dos ossos, assim chamado, realizava-se à noite, após as 19 horas, com o desfile dos foliões pela cidade conduzindo um esquife, esqueletos, usando fantasias e

¹⁰ Centro de documentação vinculado à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, a Casa da Memória é responsável pela restauração, organização e preservação de um acervo que reúne registros documentais, bibliográficos, visuais e sonoros referentes à história e a memória da cidade. A sede está situada à Rua Padre Miguelinho, nº 58. Centro, Florianópolis.

máscaras lúgubres e promovendo queima de fogos de artifício. Após o desfile acontecia o último baile de carnaval.

A música era um capítulo à parte, ocupando lugar de destaque nos préstitos carnavalescos e nas crônicas jornalísticas. Era praxe as sociedades desfilarem levando no mínimo duas bandas, uma delas localizada à frente do cortejo, abrindo o desfile da agremiação, e a outra, estrategicamente posicionada entre os carros alegóricos. Um exemplo dessa disposição encontra-se numa coluna carnavalesca que ressaltou, em vários trechos, a música tocada no desfile das sociedades Bons Archanjos e Diabo a Quatro. Na primeira agremiação,

abria o préstito a banda de música da sociedade *Trajano*, e depois de um ou dois carros, vinha a música da sociedade *Comercial* [no desfile da segunda entidade caminhava à frente] “a música *União Artística*, trajando a figuras um bonito uniforme de fantasia [...] e a sociedade de música *Guarany*, que seguia logo após o carro de Plutão. (O DESPERTADOR, nº 2070, 10/02/1883).

Bandas militares também acompanhavam as sociedades carnavalescas. Esta prática está presente no préstito da sociedade Pagode Carnavalesco que percorreu as ruas da cidade “ao som da música do 1º batalhão de infantaria.” (O DESPERTADOR, nº 740, 1/03/1870) ou no desfile da sociedade Bons Archanjos com “a música do 25 à frente”. (REPUBLICA, nº 359, 12/02/1891).

Em alguns carros alegóricos, músicos avulsos tocavam seus instrumentos, como na crônica mencionando “dois clarins fantasiados, despertando os ecos com os agudos sons de seus metálicos instrumentos.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 292, 16/02/1888) ou na referência aos músicos que “executavam uma surdina com flauta e rabeca tão harmoniosa que entusiasmava o coração do mais simples mortal.” (A REGENERAÇÃO, nº 35, 17/02/1888). Até mesmo nos carros de críticas fazia-se música, como naquele onde se viam “los tres bemoles” cantando e tocando “excêntricos instrumentos musicais: uma abóbora, um regador e uma tina de bacalhau.” (REPUBLICA, nº 359, 12/02/1891).

A imprensa não economizava elogios à música das sociedades que classificavam de bonita, harmoniosa, arrebatadora. Entre as referências encontradas, sobressaem-se as participações de uma banda a cavalo que, “abrindo a marcha, espalha no ar delirantes harmonias.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 49, 28/02/1884), da União Artística que tocou “com maestria, excelentes e novas peças.” (MATRACA, nº 8, 19/02/1888) e da “excelente

orquestra da nova associação musical Igualdade e Fraternidade.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 19, 14/03/1889).

Da mesma forma, os jornais distinguiam as presenças dos maestros e compositores à frente das bandas musicais, executando peças de sua autoria. Músicos como Barbosa, Penedo e Miranda eram presenças constantes em notícias carnavalescas, na condição de regentes “puxando” o desfile de alguma sociedade (A REGENERAÇÃO, nº 33, 14/02/1888), ou tocando suas composições como na crônica noticiando que as sociedades Diabo a Quatro, Bons Arcanjos e Companheiros do Silêncio executaram, em seus desfiles, diversas peças musicais, “sobressaindo, entretanto, três polcas compostas pelos srs. Barbosa e Penedo com os nomes das mesmas sociedades.” (O CONSERVADOR, nº 599, 27/02/1879).

As bandas também tocavam músicas folclóricas. No desfile da sociedade Diabo a Quatro “uma banda marcial tocando *O Vem cá Bitu*, puxava uma guarda de honra de moços ricamente fantasiados.” (O CONSERVADOR, nº 51, 08/02/1886).

De acordo com a imprensa local, os préstitos das sociedades carnavalescas proporcionavam um espetáculo exuberante e ordeiro que não deixava a desejar se comparado aos carnavais de outras cidades brasileiras, inclusive a capital do Império.

4.3.3 Os bailes e *soirées* das sociedades carnavalescas

Ao lado dos desfiles, os bailes das sociedades carnavalescas constituíam uma das diversões mais concorridas antes, durante e depois do carnaval. Os clubes e principalmente as sociedades carnavalescas, promoviam, entre outros, bailes à fantasia e bailes de máscaras que “se prolongavam, animados, alegres e ruidosos até duas ou três horas depois da meia-noite.” (CABRAL, 1951, p. 30). O anúncio abaixo é um exemplo desta prática:

O Clube Euterpe 4 de Março aproveitando a proximidade dos três dias de loucura, deu no sábado seu baile à fantasia, e teve a sociedade o prazer de ver seus salões regorgitarem de damas e cavalheiros, [em] grande numero, ou quase todas aquelas fantasiadas. (O CONSERVADOR, nº 596, 08/02/1879).

Os bailes ou partidas ocorriam após os préstitos das agremiações ou nas noites em que estas não saíam às ruas, e também após o carnaval, quando se realizavam *soirées* em homenagem às Comissões de Trabalhos, responsáveis pela organização e realização dos festejos carnavalescos e em comemoração à conquista do título de melhor entidade carnavalesca do ano. Um exemplo é o convite para o baile da sociedade Bons Arcanjos,

“oferecido à ilustre e incansável comissão de trabalhos.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 294, 18/02/1888).

Os associados podiam levar seus familiares e convidados de outras localidades aos bailes, como mostra o programa dos festejos da sociedade União Improvisada, o qual determinava que “nos dias do carnaval à exceção de sábado e segunda-feira dar-se-ão soirées nos salões do Lycêo Provincial e pelas 8 horas da noite dos mesmos dias os Srs. Sócios aí se reunirão com suas famílias e hóspedes de fora da capital.” (O MERCANTIL, nº 11, 05/02/1861). O presidente da província e o chefe de polícia, bem como suas famílias, tinham entrada livre nos festejos (O CRUZEIRO DO SUL, nº 94, 10/02/1859).

Os eventos eram prestigiados por personalidades locais como o presidente da província que compareceu ao baile da sociedade União Improvisada “com sua Exm^a consorte.” (O ARGOS, nº 660, 12/02/1861). O maestro José Brasilício (JORNAL DO COMMERCIO, nº 49, 28/02/1884), os poetas Horácio Nunes Pires e Cruz e Souza (JORNAL DO COMMERCIO, nº 292, 16/02/1888), entre outros, frequentavam os eventos promovidos pela sociedade Diabo a Quatro.

As agremiações não possuíam salões para realizar os bailes. Por isso, recorriam aos clubes da cidade, na época o 19 de Junho, 16 de Abril, Euterpe 4 de Março e 12 de Agosto, que disponibilizavam sua sede social assim como uma estrutura completa de serviços. Também ocupavam o Theatro Santa Izabel, o Lycêo Provincial, a Casa Doria, os salões de repartições públicas como o Palácio do Governo e o Quartel do Campo do Manejo (O CRUZEIRO DO SUL, nº 116, 03/03/1859) e emprestavam residências particulares, como se pode observar na nota de agradecimento divulgada pelo jornal *O Mercantil*:

A Diretoria da Sociedade Carnavalesca dos Artistas agradece a todas as pessoas que emprestaram objetos para o baile no dia 21 do corrente, com especialidade o Ilm^o. Sr. Major Alves de Brito que generosamente cedeu sua casa. (O MERCANTIL, nº 712, 01/03/1868).

Esses locais eram transformados em cavernas, palácios, bosques, jardins, paraísos, graças à decoração luxuosa, requintada e criativa de artistas locais como João Gil Ribas (O DESPERTADOR, nº 1767, 14/02/1880), que empregavam flores, galhardetes, tecidos, escudos, quadros e a iluminação de lampiões estrategicamente distribuídos para criar os cenários onde se divertiam príncipes, rainhas, jardineiras, mouros, dominós e “outras toilettes dignas de desterrenses.” (MATRACA, nº 6, 26/02/1888), dançando ao som de orquestras e bandas das associações musicais desterrenses.

A imprensa desterreense noticiava os bailes carnavalescos, descrevendo detalhadamente a decoração dos salões, os figurinos, a música executada, os comes e bebes e registrando a presença dos foliões mais ilustres, como na crônica relatando o baile da sociedade Diabo a Quatro:

O theatro Santa Izabel, ou antes Caverna Isabelina, como lhe chamam os filhos de Plutão, apresentava em seu recinto o aspecto de um palácio fantástico, deslumbrante, encantador!

Um estrado por cima da platéia formava desta e do palco um vasto salão, todo alcatifado de escarlate.

Cestões de flores, estofos de variadas cores, caricaturas, galhardetes, lindíssimos lampiões chineses, transparentes, etc., tudo artisticamente disposto e inundado de ondas de luz, transformaram aquele vasto recinto em um verdadeiro paraíso, para onde se entrava por uma estreita caverna pouco alumada e cheia de figuras sinistras. O efeito produzido por este contraste, era magnífico.

Todos os camarotes estavam apinhados de damas, e as cento e tantas cadeiras do grande salão eram ocupadas todas por jovens e lindas senhoras, em sua maior parte trajando ricas fantasias. Os cavalheiros, entre os quais muitos também fantasiados, só poderiam obter uma cadeira no salão superior, ou no vestíbulo.

A orquestra, regida pelo Sr. José Brazílicio, despendia constantemente os mais harmoniosos sons, convidando todos à dança, ao prazer.

O serviço foi abundante, e a amabilidade dos membros da diretoria e das comissões, inexcusável.

Dançou-se até o clarear do dia, reinando sempre a melhor ordem e harmonia.

Calculamos em mais de 700 pessoas as que concorreram a este baile. (O DESPERTADOR, nº 2177, 01/03/1884).

O início dos bailes normalmente ocorria entre 21 e 22 horas, logo após a entrada no salão da guarda de honra da sociedade, precedida pela música das bandas, e o encerramento costumava acontecer em torno das 3 horas da manhã. Às vezes prolongava-se um pouco mais, de acordo com a animação dos foliões que podiam dançar “até as 4 horas da madrugada.” (A REGENERAÇÃO, nº 40, 21/02/1885).

Em alguns bailes, antes das danças terem início, procedia-se uma abertura musical a cargo de orquestras ou bandas. Um exemplo é a crônica do jornal *A Regeneração*:

Antes de começar a *soirée*, a orquestra dirigida pelo nosso talentoso patrício José Brasilício, fez ouvir uma bela ouvertura, colhendo de sua execução vivas demonstrações de apreço. A sociedade musical *Guarany* abriu o baile, tocando uma animadíssima quadrilha: sucedendo-se uma após outra, sempre concorridas, animadas e cheias de vida. (A REGENERAÇÃO, nº 100, 09/02/1883).

O repertório executado nesses bailes não diferia daquele tocado em outras ocasiões durante o ano, pois, apesar de haver composições musicais feitas para as festividades carnavalescas como “a linda e novíssima contradança intitulada a *Princesa Flor de Maio*.” (A REGENERAÇÃO, nº 34, 16/02/1888), ainda não existiam os gêneros específicos do carnaval.

Assim, os foliões dançavam “as habaneiras, as varsovianas, os schottiches, as mazurcas, as valsas, as polonaises e as quadrilhas. Havia mestres-sala peritos em marcar quadrilhas e dirigir os passos das polonaises e lanceiros.” (CABRAL, 1971, p. 235) e, na crônica do jornal *O Despertador*, folionas fantasiadas volteavam pelo salão do Clube 4 de Março “nas vertiginosas valsas, nas sedutoras habaneras, nas fatigantes polcas e nas graves quadrilhas.” (O DESPERTADOR, nº 1665, 18/02/1879).

A exemplo dos desfiles, nos bailes eram executadas as peças oferecidas às agremiações carnavalescas. Na *soirée* a ser realizada pela sociedade Carnaval Desterrense, a orquestra iria tocar “a quadrilha que o Sr. Alberto Richter dedicou à mesma com o nome *A nossa Directoria*.” (O ARGOS, nº 548, 26/01/1860), encerrando os festejos daquele ano.

Nas referências encontradas pode-se observar que os bailes das sociedades carnavalescas eram realizados em um ambiente familiar, frequentados pelos associados das agremiações onde se destacava a presença de jovens de ambos os sexos, inclusive crianças a partir dos dez anos, de senhoras e membros respeitados da sociedade desterreense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram apresentadas informações sobre o carnaval em Desterro, na segunda metade do século XIX, resultantes da consulta realizada em jornais e periódicos publicados na cidade durante esse período. Através destas informações constatou-se o prestígio da imprensa e sua influência na sociedade local, atributos que a tornaram uma instituição poderosa, consagrando-a como o principal veículo de disseminação de ideias, padrões sociais e regras de conduta na época. Além disso, seu vínculo estreito com o poder público, com as lutas político-partidárias e elites econômicas e culturais da cidade, lhe conferiram o caráter de porta-voz destes grupos, contribuindo para a divulgação e conservação de seus valores e aspirações.

No tocante ao carnaval, a imprensa passou a fiscalizar suas manifestações e até mesmo a interferir nos festejos dos foliões, notadamente, o entrudo, considerado inconveniente e ultrapassado. Sua atuação também refletiu o posicionamento da classe dominante, preocupada em civilizar a sociedade desterrense e modernizar o folguedo, incorporando-lhe elementos carnavalescos europeus. Em decorrência de sua postura distintiva, os jornais não divulgavam os divertimentos das camadas mais pobres da população, restringindo as informações ao carnaval realizado pelas sociedades carnavalescas. Porém, não obstante essas limitações, a imprensa consiste em uma fonte indispensável à pesquisa sobre o passado carnavalesco da cidade.

Da mesma forma, foi possível identificar a importância das sociedades carnavalescas no contexto sociopolítico da cidade. Criadas pelas elites locais, as agremiações foram o instrumento que estabeleceu novos rumos às festividades populares, imprimindo-lhes uma feição moderna, civilizada e inaugurando o novo carnaval desterrense, contrapondo-o ao criticado jogo do entrudo. Suas atividades durante os festejos carnavalescos proporcionaram os elementos que nortearam a elaboração deste trabalho. Além disso, o engajamento em movimentos sociais como a causa abolicionista e o posicionamento firme na luta contra a

escravidão somaram novas funções às atividades festivas, ampliando seu campo de atuação e propiciando outras interpretações.

De outro modo, pôde se constatar o cunho elitista dos eventos promovidos pelas agremiações, inacessíveis à maioria da população que, apesar de prestigiá-los, mantinha-se na condição de espectadora dos préstitos e bailes carnavalescos. Da mesma forma, evidenciou-se a postura contraditória, preconceituosa e segregacionista dessas entidades impedindo o ingresso de negros escravos e libertos em seus quadros de associados bem como sua participação nas festividades, reproduzindo os princípios morais rígidos e discriminadores da própria comunidade, onde o carnaval era regido por uma sociedade branca e a influência negra só se fez presente a partir do século seguinte.

A imprensa e as sociedades formaram uma parceria que contribuiu decisivamente na implantação e estabelecimento das transformações da festa carnavalesca em Desterro e, a partir do desempenho das duas entidades foi possível concluir que o carnaval desterrense da segunda metade do século XIX constituiu-se em uma expressiva manifestação cultural, um acontecimento marcante no calendário festivo da cidade e uma das diversões mais esperadas e apreciadas pela população local. Os desterrenses lhe emprestavam seu apoio e colaboração através dos compositores locais que escreviam peças musicais, das bandas de música e orquestras que executavam as peças, dos maestros que regiam os grupos musicais, dos clubes, teatros e outras instituições que alugavam ou cediam suas instalações para a realização dos bailes, e das pessoas que prestigiavam os eventos, ornamentando ruas, largos e praças, iluminando e decorando as fachadas e balcões de suas casas para homenagear os préstitos das agremiações.

A despeito da influência do carnaval à moda europeia, que chegava à cidade através do Rio de Janeiro, o carnaval de Desterro guardava características que o fazia uma festa peculiar. As críticas e sátiras exibidas nos Zé-pereiras, bandos e préstitos, as mutações dos carros alegóricos que durante décadas despertaram a admiração dos expectadores, a música carnavalesca dos compositores locais, presente no repertório executado nas festividades, entre outros elementos, compunham essa singularidade.

Por fim, a trajetória da imprensa e das agremiações carnavalescas proporcionou os subsídios imprescindíveis à realização deste trabalho, permitindo o contato com o passado carnavalesco da cidade e o reconhecimento de suas manifestações mais características, a compreensão dos elementos existentes nessas manifestações e a forma como se apresentavam

nas festividades. Além disso, veio ampliar o leque de informações a respeito da sociedade desterrense e revelou aspectos significativos sobre a música carnavalesca da época.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIN, Ricardo Cravo. Uma apreciação sobre as origens do carnaval carioca, que constituíram o milagre das escolas de samba de hoje. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 160/165, jan/jun. 2006. 6 p. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero14/terceiramargem14.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

ALENCAR, Edgar de. **O Carnaval carioca através da música**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. 638 p.

ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1855. In: Biblioteca virtual do estudante brasileiro, USP. 158 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

ARAÚJO, Hiram. **Carnaval: seis milênios de história**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. 650 p.

ARAUJO, Marcos Goursand. **O carnaval como fenômeno comportamental de comunicação**. Trabalho apresentado para concurso de professor adjunto ao Departamento de Psicologia da UFSC. Florianópolis, 1980. 52 p.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Gazeta de Hollanda**. Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, 1888. 109 p. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/poesia/maps04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Um dia de Entrudo. In: JÚNIOR, R. Magalhães (Org.). **Contos avulsos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Cia Brasileira de Livros, 1956. 14 p. Disponível em: <<http://bancadetexto.blogspot.com/2009/12/um-dia-de-entrudo-machado-de-assis.html>> Acesso em: 23 mar. 2010.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. 216 p.

BRAGA, Ana de Ribamar Goulart. **Levantamento de aspectos da cultura musical em Desterro: século XVIII e XIX**. 2000. 51 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Música) – Departamento de Música/Centro de Artes, Universidade do Estado Santa Catarina, 2000.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A música em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1951. 40 p.

_____. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 506 p.

_____. **Nossa Senhora do Desterro: memória I, notícia I.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 1971. 452 p.

CARDOSO, André. **A música na corte de D. João VI, 1808-1821.** Paulo Roberto Pereira (Coord.). São Paulo: Martins, 2008. 281 p.

CARDOSO, Paulino de Jesus; MORTARI, Claudia. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** 2. ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. 216 p.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. In: **História da Música Brasileira.** São Paulo: Instituto de Artes da UNESP, apostila do curso, 2003. (2003a). 12 p. Não publicado.

_____. Introdução ao estudo da música (erudita) no Brasil. In: **História da Música Brasileira.** São Paulo: Instituto de Artes da UNESP, apostila do curso, 2003. (2003b). Não publicado.

COLAÇO, Thaís Luzia. **O carnaval no Desterro: século XIX.** 1988, 219 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis - ilustrada.** Florianópolis: Insular, 2004. 376 p.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de momo: imprensa e Carnaval na Primeira República.** Rio de Janeiro: Ed. da URFJ, 2006. 196 p.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 396 p.

MARCONDES, Marcos Antonio (Org.). **Enciclopedia da música brasileira: erudita, folclórica e popular.** São Paulo: Art, 1977. 1190 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Médio dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 1781 p.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do Carnaval brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 421 p.

GÓES, Fred. A literatura brasileira e a arte do carnaval. **Terceira Margem,** Rio de Janeiro, ano VII, n. 8, 2003. 12 p. Disponível em: <http://www.letas.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero08/NUM08_2003.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2010.

_____. O carnaval carioca do século XIX na visão dos viajantes estrangeiros. **Revista Recorte,** Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, jan/jun. 2007. 5 p. Disponível em: <http://www.unincor.br/recorte/artigos/edicao6/6_artigo_fredgoes.htm>. Acesso em: 08 mai. 2010.

HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1990. 333 p.

LEAL, Caroline Pereira. Carnaval em Porto Alegre: mulheres, entrudo, perseguições e repressão. **Antíteses**, v. 1, n. 1, p. 209/235, jan/jun. 2006. 6 p. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas//uel/index.php/antiteses/article/viewFile/1433/1629>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina, quatro séculos de história.** CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. (Org.). Florianópolis: Insular, 2000. 360 p.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As mulheres de Mantilha.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Biblioteca Carioca, 1988. 247 p. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/biblioteca_carioca_pdf/mulheres_mantilha.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos: 1502-1582 - a fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos.** Florianópolis: Edição do autor/Franklin Cascaes, 2002. 216 p.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 231 p.

_____. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 106 p.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX.** 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004. 360 p.

PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Dicionário político catarinense.** Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. 635 p.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente.** 5. ed. rev. amp. Florianópolis: Lunardelli, 2001. 264 p.

PIRES, Débora Costa. **Atuação das sociedades musicais, bandas civis e militares em Desterro durante o Império.** 2008, 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Música) - Departamento de Música/Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito.** São Paulo: Brasiliense, 1999. 237 p.

REGO, Edgar de Souza. **Entre Diabos e Arcanjos: cultura política e sociedades carnavalescas em Desterro (1879-1891).** 2008, 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História/Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHNEIDER, Alexandre da Silva. **Sociedade musical Amor à Arte: um estudo histórico sobre a atuação de uma banda em Florianópolis na Primeira República.** 2011, 138 p.

Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música/Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 608 p.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 623 p.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade.** São Paulo: 34, 2008. 504 p.

SIEBERT, Itamar. Crônica Jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. (Org.) **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 347 p.

SILVEIRA, Adélia dos Santos. **Catálogo analítico-descritivo dos jornais do Desterro: 1850-1894 o jornal como fonte histórica.** 1981, p. 685 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.

TINHORÃO, José Ramos. **A imprensa carnavalesca no Brasil.** Um panorama da linguagem cômica. São Paulo: Hedra, 2000. 215 p.

_____. **História social da música popular brasileira.** São Paulo: 34, 1998. 368 p.

_____. **Os sons que vêm da rua.** 2. ed. rev. amp. São Paulo: 34, 2005. 240 p.

_____. **Pequena história da música popular da modinha a lambada.** 6. ed. rev. aum. São Paulo: 34, 1991. 295 p.

VALENÇA, Raquel. **Carnaval: pra tudo se acabar na quarta-feira.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996. 100 p.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina - A Ilha.** Florianópolis: Lunardelli, 1985. 240 p.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana.** 3. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. 464 p.

JORNAIS

Jornal *A Quinzena* (1862)

Jornal *A Regeneração* (1873; 1874; 1882-1885; 1888)

Jornal *Correio da Tarde* (1884)

Jornal *do Commercio* (1881-1890; 1893; 1899)

Jornal *Matraca* (1888)

Jornal *Mercurio* (1886)

Jornal *O Argos* (1858-1861)

Jornal *O Conciliador* (1873)

Jornal *O Conservador* (1855; 1879; 1885; 1886; 1889)

Jornal *O Cruzeiro* (1860)

Jornal *O Cruzeiro do Sul* (1859-1860)

Jornal *O Despertador* (1863; 1870; 1874; 1877; 1879-1885)

Jornal *O Estado* (1899)

Jornal *O Mercantil* (1861; 1863; 1868)

Jornal *Polyanthea* (1889)

Jornal *Republica* (1891; 1893; 1899)

DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LEGISLAÇÃO

Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Postura Municipal. Desterro, 26/07/1832.

Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 26/03/1859.

Ofício da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 01/05/1869.

Ofício do Chefe de Polícia para o Vice-Presidente da Província. Desterro, 22/02/1879.

Resolução nº 429, art. 130, cap. XII, rendas municipais. Desterro, 28/03/1857. Em Leis, Decretos, etc., de Santa Catarina.

APÊNDICES

APÊNDICE A – JORNAIS E PERIÓDICOS (1855-1900)

Quadro dos jornais consultados durante a pesquisa, com referências sobre o carnaval, a partir da relação de periódicos apresentada na obra *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX* (1895), de Joana Maria Pedro. Posteriormente, adotou-se o *Catálogo de Jornais e Periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina*.

JORNAIS E PERIÓDICOS	ANO DE CIRCULAÇÃO
<i>Jornal A Quinzena</i>	1862
<i>Jornal A Regeneração</i>	1870; 1872-1874; 1880; 1882-1886; 1888
<i>Jornal Commercial</i>	1868
<i>Jornal Correio da Tarde</i>	1884
<i>Jornal Cruzeiro do Sul</i>	1859-1860
<i>Jornal do Commercio</i>	1882-1886; 1888-1890; 189; 1894
<i>Jornal O Argos</i>	1858-1861
<i>Jornal Matraca</i>	1883; 1886; 1888
<i>Jornal Mercurio</i>	1886
<i>Jornal O Cacique</i>	1870; 1871
<i>Jornal O Caixeiro</i>	1883
<i>Jornal O Chaveco</i>	1861
<i>Jornal O Conciliador</i>	1873
<i>Jornal O Conservador</i>	1855; 1877-1880; 1885-1889
<i>Jornal O Cruzeiro</i>	1860
<i>Jornal O Despertador</i>	1863-1865; 1868; 1870; 1872-1874; 1877; 1879-1885
<i>Jornal O Estado</i>	1893; 1899
<i>Jornal O Mensageiro</i>	1856
<i>Jornal O Mercantil</i>	1861-1863; 1868; 1869
<i>Jornal O Moleque</i>	1885
<i>Jornal Opinião Catharinense</i>	1875
<i>Jornal O Progressista</i>	1860
<i>Jornal O Til</i>	1875
<i>Jornal Polyanthea</i>	1889
<i>Jornal Republica</i>	1890-1893; 1899; 1900

APÊNDICE B – LISTA DE SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM DESTERRO NO SÉCULO XIX

Quadro apresentando a lista das sociedades carnavalescas, formulado com os dados obtidos através das referências encontradas nos jornais pesquisados.

SOCIEDADES CARNAVALESCAS	ANO DE ATIVIDADE
Sociedade Carnaval Desterrense	1858-1861
Sociedade Harmonia Carnavalesca	1858; 1863
Sociedade União Carnavalesca	1858; 1861; 1868; 1871
Sociedade Recreio Carnavalesco	1859-1861; 1868
Sociedade Carnavalesca Netos do Diabo	1861; 1896; 1898-1900
Sociedade Carnavalesca União Improvisada	1863
Sociedade Carnavalesca dos Artistas	1868
Sociedade Bailante Recreio Familiar	1861; 1869
Sociedade Pagode Carnavalesco	1870
Sociedade Carnavalesca Os Democratas	1872-1874
Sociedade Beduínos Carnavalescos	1877-1879
Sociedade Carnavalesca Companheiros do Silêncio	1879
Sociedade Carnavalesca Filhos do Purgatório	1879
Sociedade Carnavalesca Filhos do Satanaz	1879
Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro	1879-1891
Sociedade Carnavalesca Bons Archanjos	1879-1891
Sociedade Carnavalesca Aliança Josephense (São José)	1882
Sociedade Democrática Bailante Carnavalesca	1882
Sociedade Carnavalesca Os Carambolas	1882
Sociedade Carnavalesca Tenentes do Diabo	1882
Sociedade Carnavalesca União Artística	1882-1883
Sociedade Carnavalesca do Pau Grande	1883-1884
Sociedade Carnavalesca Os Silenciosos	1887-1888
Grupo Carnavalesco dos Críticos	1887-1888
Grupo Carnavalesco dos Silenciosos e Violas	1887
Sociedade Carnavalesca Democratas	1889
Sociedade Carnavalesca Estrella do Oriente (São José)	1893
Grupo Carnavalesco Os Pândegos	1893
Grupo Carnavalesco Treme-Terra	1893
Grupo Carnavalesco Cavalheiros do Luar	1899
Grupo Carnavalesco dos Momistas	1899
Grupo Carnavalesco Sacca-Rolhas	1899-1900
Sociedade Carnavalesca Filhos de Minerva	1899-1900
Sociedade Carnavalesca Guarany	1899-1900